A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais na Visão de seus Membros

Relatório de Pesquisa

A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais na Visão de seus Membros

Relatório de Pesquisa

ipea

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Ministro Wellington Moreira Franco

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Geová Parente Farias

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, Substituto
Marcos Antonio Macedo Cintra

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Estudos e Políticas Macroeconômicas
Vanessa Petrelli Corrêa

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Francisco de Assis Costa

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura
Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais
Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete
Fabio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação
Daniel Castro

Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria
URL: http://www.ipea.gov.br

A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais na Visão de seus Membros

Relatório de Pesquisa

ipea

Brasília, 2012

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **Ipea** 2012

FICHA TÉCNICA

A pesquisa que deu origem a este relatório foi conduzida pela Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) e contribui para o projeto Institucionalização da Participação Social no Brasil.

O objetivo deste relatório é o de sistematizar as opiniões dos conselheiros sobre o processo participativo e decisório e a qualidade dos produtos resultantes da atuação da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Coordenação técnica da pesquisa
Joana Luiza Oliveira Alencar – Ipea
Igor Ferraz da Fonseca – Ipea

Redação
Isadora Araújo Cruxên – Ipea

Equipe técnica
Alexander Cambraia Nascimento Vaz – Ipea
Fábio de Sá e Silva – Ipea
Felix Garcia Lopez – Ipea
Gregório Bueno Benevides Rodrigues Moraes – Secretaria-Geral da Presidência da República
Mateus Galetti de Araújo – Secretaria-Geral da Presidência da República
Raquel Meirelles – Ipea
Roberto Rocha C. Pires – Ipea
Uriella Coelho Ribeiro – Ipea

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS 7
LISTA DE MAPAS 8
LISTA DE QUADROS 8
LISTA DE TABELAS 8
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS 8
1 INTRODUÇÃO 11
2 METODOLOGIA DA PESQUISA 12
3 A CNPCT: CONTEXTUALIZAÇÃO 14
4 DADOS E INFORMAÇÕES COLETADAS NA PESQUISA IPEA/CNPCT 20
5 QUESTÕES ABERTAS 45
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUESTÕES PARA DEBATE 47
REFERÊNCIAS 49
ANEXO 51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Situação na comissão

Gráfico 2 – Amostra segundo setor de representação

Gráfico 3 – Representantes segundo o sexo

Gráfico 4 – Representantes segundo cor/raça

Gráfico 5 – Escolaridade dos representantes

Gráfico 6 – Religião ou culto dos representantes

Gráfico 7 – Faixa etária dos representantes

Gráfico 8 – Representantes segundo renda familiar média mensal

Gráfico 9 – Representantes segundo o tempo na comissão

Gráfico 10 – Representação de outros setores na comissão – anterior à representação atual

Gráfico 11 – Participação dos representantes em outros conselhos

Gráfico 12 – Número total de representantes

Gráfico 13 – Diversidade dos setores representados

Gráfico 14 – Número de representantes em cada setor

Gráfico 15 – Forma de escolha das entidades com assento na comissão

Gráfico 16 – Forma de escolha dos representantes da comissão nas entidades

Gráfico 17 – Interesses prioritários I

Gráfico 18 – Grau de articulação dos representantes com o poder público

Gráfico 19 – Grau de articulação dos representantes com a sociedade civil

Gráfico 20 – Presença de base de apoio no exercício do mandato do representante

Gráfico 21 – Frequência de contato com a base de apoio

Gráfico 22 – Principais formas de contato com a base de apoio

Gráfico 23 – Frequência de consulta à base de apoio para definir posicionamento

Gráfico 24 – Frequência de consulta à base de apoio para relatar os debates/deliberações da comissão

Gráfico 25 – Frequência de consulta à base de apoio para prestar contas sobre a atuação na comissão

Gráfico 26 – Frequência de consulta à base de apoio para construir/fortalecer articulações

Gráfico 27 – Frequência da correspondência entre a atuação dos representantes e os interesses de seu setor

Gráfico 28 – Influência na agenda do Congresso Nacional

Gráfico 29 – Influência da atuação da comissão nas políticas públicas do MDS

Gráfico 30 – Influência da atuação da comissão nas políticas públicas de outros ministérios com os quais a comissão se relaciona

Gráfico 31 – Influência da comissão nas iniciativas da sociedade civil

Gráfico 32 – Influência da comissão nas iniciativas do setor privado
Gráfico 33 – Influência da comissão na percepção da opinião pública sobre o tema
Gráfico 34 – Compreensão dos assuntos tratados na comissão
Gráfico 35 – Compreensão da linguagem utilizada nas reuniões
Gráfico 36 – Atuação do poder público
Gráfico 37 – Atuação da sociedade civil
Gráfico 38 – Secretaria Executiva da comissão
Gráfico 39 – Meios de divulgação e comunicação
Gráfico 40 – Regimento interno e resoluções
Gráfico 41 – Presidência da comissão
Gráfico 42 – Plenárias
Gráfico 43 – Câmaras temáticas
Gráfico 44 – Principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pela comissão

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Distribuição geográfica dos membros da CNPCT

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo do perfil dos representantes da CNPCT

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Amostra de conselhos e comissões
Tabela 2 – Membros da CNPCT atualmente
Tabela 3 – Distribuição dos representantes por município
Tabela 4 – Atuação em conselhos fora da CNPCT
Tabela 5 – Pontos fortes da CNPCT
Tabela 6 – Sugestões de melhoria na atuação da CNPCT

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACBANTU – Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu
Amonape – Associação Movimento Nacional dos Pescadores
Apoinme – Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
APOP – Associação Pomerana de Pancas
Apreci – Associação de Preservação da Cultura Cigana
Assema – Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão
CDB – Convenção da Diversidade Biológica

CDDPH – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

Cedro – Centro de Estudos e Discussão Romani

CF/88 – Constituição Federal de 1988

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CNCD – Conselho Nacional de Combate à Discriminação

CNDI – Conselho Nacional dos Direitos do Idoso

CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

CNES – Conselho Nacional de Economia Solidária

CNPCT – Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

CNPI – Comissão Nacional de Política Indigenista

CNPIR – Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial

CNPS – Conselho Nacional da Previdência Social

CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CNS – Conselho Nacional de Seringueiros

CNT – Conselho Nacional de Turismo

COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

Conade – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência

Conaeti – Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil

Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente

Conanda – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Conape – Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

CONASP – Conselho Nacional de Segurança Pública

Concidades – Conselho das Cidades

CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

Conjuve – Conselho Nacional de Juventude

Consea – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Diest – Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

ECO-92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

FCP – Fundação Cultural Palmares

Funai – Fundação Nacional do Índio

GT – Grupo de trabalho

GTA – Grupo de Trabalho Amazônico

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC – Ministério da Educação

MinC – Ministério da Cultura

MIQCB – Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco-de-Babaçu

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NUPAUB – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras

SEPPIR – Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial

SNUC – Sistema de Unidades de Conservação da Natureza

SPSS – Statistical Package for the Social Sciences

POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares

USP – Universidade de São Paulo

1 INTRODUÇÃO

O Ipea, em parceria com a Secretaria-Geral da Presidência da República, estabeleceu o tema da participação social e do diálogo com a sociedade como central em sua agenda de estudos. Dado o recente fortalecimento das relações entre sociedade civil e Estado, por meio da ampliação e diversificação dos canais de participação – tais como conselhos, comissões, conferências, audiências públicas, ouvidorias –, o instituto considera fundamental conhecer esses espaços democráticos a fim de contribuir na criação de condições para seu aprimoramento.

Os conselhos de políticas públicas são aqui entendidos como espaços públicos vinculados a órgãos do Poder Executivo e têm por finalidade permitir a participação da sociedade na definição de prioridades para a agenda política, bem como na formulação, no acompanhamento e no controle das políticas públicas. São constituídos em âmbito nacional, estadual e municipal. Além disso, é importante ressaltar que eles permitem a inserção de novos temas e atores sociais na agenda política.

Hoje existem conselhos nas diversas áreas de políticas públicas e níveis da Federação. O presente relatório compõe a série *Conselhos nacionais: perfil e atuação dos conselheiros* e, integrando o projeto *Institucionalização da Participação Social no Brasil*, conduzido pela Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest/Ipea), propõe-se a estudar os conselhos de âmbito nacional. O número desses conselhos aumentou consideravelmente desde o início da década de 1990. Se entre 1930 e 1989 foram criados cinco conselhos nacionais, de 1990 a 2009 foram criados 26 conselhos nacionais (IPEA, 2010), fato diretamente relacionado à difusão da ideia de participação nas políticas públicas pós-Constituição Federal de 1988 (CF/88). Como consequência, a quantidade de cidadãos que passou a participar da construção das políticas por meio desses espaços é significativa, o que requer mudanças na forma de o Estado gerir as políticas públicas, mudanças que pressupõem, necessariamente, o conhecimento acerca de quem participa e como funcionam esses espaços.

Os objetivos da pesquisa, na tentativa de criar subsídios para a compreensão do funcionamento dessas instituições, são:

- traçar o perfil dos conselheiros dos conselhos nacionais de políticas públicas;
- analisar como avaliam sua própria atuação;
- investigar como avaliam o trabalho do conselho; e
- investigar como percebem a influência do conselho.

Utilizou-se, para alcançar esses objetivos, um questionário padrão (anexo 1), aplicado em 21 conselhos nacionais e três comissões – cujas características similares às dos conselhos permitiram sua inclusão na amostra. O questionário foi elaborado em função dos objetivos mencionados, quais sejam: perfil, atuação, avaliação de estruturas e avaliação de impactos.

Este relatório contém a sistematização das respostas dos membros da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT). Tais informações constituem um diagnóstico da comissão na visão de seus próprios integrantes. Os relatórios, que também serão entregues a outros conselhos e comissões, têm por finalidade oferecer informações básicas que contribuam para o aperfeiçoamento do processo democrático e decisório no colegiado.

As seções seguintes do relatório são constituídas por:

- Descrição da metodologia da pesquisa e das atividades realizadas.
- Uma contextualização da CNPCT, com breve histórico da comissão, seguido da descrição de suas competências, composição, estrutura e ferramentas de atuação junto às políticas públicas.

- Descrição dos dados coletados por meio do questionário padrão – questões fechadas e abertas.
- Considerações finais e algumas questões para debate identificadas a partir das respostas dos membros da comissão com o intuito de contribuir para o aperfeiçoamento e fortalecimento do processo decisório e participativo do órgão.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa foi dividida em duas fases. A primeira fase consistiu em coletar e sistematizar informações sobre os principais conselhos e comissões pertinentes de âmbito nacional por meio de aplicação de questionário padrão estruturado com 28 questões (anexo 1), divididas em três blocos: bloco I – perfil dos cidadãos que atuam como conselheiros; bloco II – forma de atuação do conselheiro; e bloco III – funcionamento do conselho.

O objetivo dessa fase, da qual esse relatório é o produto final, foi analisar separadamente cada conselho ou comissão nacional e apresentar a seus membros um relatório descritivo contendo as informações específicas do órgão a que pertencem. Cada um dos conselhos e das comissões em que foi possível a aplicação do questionário para uma quantidade significativa de integrantes – mais de 50% do número de questionários em relação ao número de titulares no conselho ou na comissão – receberá de volta um relatório como este, contendo a descrição das informações coletadas.

A segunda fase tem por objetivo analisar, de forma agregada e comparada, os 21 conselhos e as três comissões que compõem a amostra da pesquisa (tabela 1). A ideia é fornecer um diagnóstico inédito e abrangente sobre esses espaços de participação. Esse diagnóstico será constituído pela análise do perfil dos conselheiros nacionais, pela identificação de características do funcionamento dessas instituições que podem influenciar na eficiência e eficácia democrática e, por fim, pela avaliação do papel e da influência dos conselhos nacionais nas políticas públicas brasileiras.

Os conselhos e as comissões que compõem a amostra foram selecionados de acordo com critérios específicos, já expressos anteriormente pelo Ipea (2010, p. 572), quais sejam:

- Conselhos considerados centrais em suas áreas de políticas públicas – excluem-se, assim, os conselhos auxiliares e complementares na execução de políticas, como conselhos curadores e conselhos gestores de fundos, ou de administração de programas que compõem políticas mais amplas, e os conselhos políticos.
- Conselhos que tenham necessariamente a presença de sociedade civil em sua composição.
- Conselhos criados por ato normativo de abrangência ampla – decreto presidencial ou lei promulgada pelo Congresso.

Segue adiante a tabela com a amostra inicial da pesquisa.

TABELA 1
Amostra de conselhos e comissões

Número	Sigla	Conselho	Órgão vinculado	Membros titulares	Questionários respondidos
1	CDDPH	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	13	6
2	CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	18	19
3	CNCD/LGBT	Conselho Nacional de Combate à Discriminação	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	30	29
4	CNDI	Conselho Nacional dos Direitos do Idoso	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	28	16
5	CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	44	17
6	CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária	Ministério do Trabalho e Emprego	56	34
7	CNPC	Conselho Nacional de Política Cultural	Ministério da Cultura	52	25
8	CNPCT	Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	30	19
9	CNPI	Comissão Nacional de Política Indigenista	Ministério da Justiça	35	16
10	CNPIR	Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial	Secretaria Especial de Políticas para a Igualdade Racial	44	34
11	CNPS	Conselho Nacional da Previdência Social	Ministério da Previdência Social	15	15
12	CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos	Ministério do Meio Ambiente	57	47
13	CNS	Conselho Nacional de Saúde	Ministério da Saúde	48	62
14	CNT	Conselho Nacional de Turismo	Ministério do Turismo	69	43
15	Conade	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	38	23
16	Conaeti	Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil	Ministério do Trabalho e Emprego	31	25
17	Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente	Ministério do Meio Ambiente	106	79
18	Conanda	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	29	24
19	Conape	Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca	Ministério da Pesca e Aquicultura	54	35
20	CONASP	Conselho Nacional de Segurança Pública	Ministério da Justiça	48	36
21	Concidades	Conselho das Cidades	Ministério das Cidades	86	55
22	CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável	Ministério do Desenvolvimento Agrário	38	28
23	Conjuve	Conselho Nacional de Juventude	Secretaria-Geral da Presidência da República	60	40
24	Consea	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	57	40

Fonte: Dados desta pesquisa.

A partir dos critérios selecionados, 27 conselhos nacionais e três comissões foram incluídos nesta pesquisa. A aplicação dos questionários ocorreu com sucesso em 21 conselhos e três comissões. Não foi possível a aplicação dos questionários nos seguintes conselhos: Conselho Nacional de Educação, Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, Conselho Nacional do Esporte, Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas e Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Por fim, foram obtidas 707 respostas de conselheiros e 60 de membros de comissão, totalizando 767 questionários respondidos.

Na CNPCT, os questionários foram aplicados durante a XVI Reunião Ordinária do Pleno, realizada entre os dias 18 e 19 de maio de 2011 em Brasília/DF. Os questionários foram entregues aos conselheiros no primeiro dia de reunião e eles foram informados sobre sua aplicação e sobre os objetivos da pesquisa. O recolhimento ocorreu ao término do segundo dia.

Conforme será explicado no item 3.3 deste relatório, oficialmente integram a CNPCT 30 membros: 15 representantes da sociedade civil e 15 representantes do poder público. No entanto, neste relatório, também foram consideradas as respostas de dois convidados permanentes,[1] dado que sua participação contínua lhes permitiria avaliar os processos e o funcionamento da comissão. Dessa forma, o universo total de respostas foi elevado para 32. Responderam ao questionário, portanto, 19 integrantes da comissão, entre titulares, suplentes e convidados permanentes, o que corresponde a aproximadamente 59% do total de 32 considerados. Uma observação mais detalhada da distribuição da amostra – composta pelos 19 que responderam aos questionários – segundo situação na comissão, se titular ou suplente (gráfico 1), e segundo setor de representação (gráfico 2) é feita na seção 4 deste relatório.

Após a coleta dos questionários, estes foram tabulados e incluídos em banco de dados com o auxílio do *software* Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), o qual servirá posteriormente para efetuar as análises comparativas entre conselhos. A tabulação dos dados constitui a principal fonte que sustenta as informações e conclusões apresentadas neste relatório descritivo. Além disso, foi feita uma caracterização da comissão utilizando a legislação e trabalhos que abordaram sua temática.

3 A CNPCT: CONTEXTUALIZAÇÃO

A CNPCT é uma instância colegiada de caráter deliberativo e consultivo. Criada originalmente como Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais pelo Decreto de 27 de dezembro de 2004, teve sua composição, estruturação, competências e funcionamento modificados pelo Decreto de 13 de julho de 2006, tornando-se Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. O órgão é presidido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e secretariado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável.

1. São convidados permanentes que responderam ao questionário: Catadoras de Mangaba (Sergipe) e Conselho Nacional de Juventude, este último representado pela Associação Raízes da Tradição.

3.1 Breve histórico

O Brasil abriga, notoriamente, uma imensa diversidade sociocultural, a qual se expressa em uma multiplicidade de comportamentos, saberes, línguas, crenças, modos de vida. Em meio a essa diversidade, encontram-se povos e comunidades que desenvolveram estilos de vida relacionados a ambientes naturais específicos e estabeleceram vínculos distintos com esses ambientes dos que prevalecem em meios urbano-industriais (ARRUDA, 1997). São eles comunidades indígenas, quilombolas, comunidades de terreiro, extrativistas, ribeirinhos, caboclos, pescadores artesanais, pomeranos,[2] entre outros (BRASIL, 2011c).

Esses grupos, além de contribuírem para a riqueza sociocultural do país, também desempenham um papel crucial na proteção da biodiversidade brasileira, sobretudo devido à interação e ao manejo da natureza em moldes tradicionais, e aos conhecimentos específicos que esses grupos detêm sobre os recursos naturais (SANTILLI, 2003). Por exemplo, de acordo com as conclusões resultantes do projeto *Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil*, realizado pelo Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras da Universidade de São Paulo (NUPAUB/USP), em 1999, "a diversidade de espécies, de ecossistemas e genética não é apenas um fenômeno natural, mas também cultural, isto é, seria inclusive resultado da ação humana" (SANTILLI, 2003, p. 56).

Apesar da importância desses grupos, reconhecidos como povos e comunidades tradicionais, suas especificidades e necessidades características foram muitas vezes marginalizadas na sociedade e no processo de formulação de políticas públicas (SILVA, 2007). A CF/88 – conhecida como Constituição Cidadã justamente por tentar avançar no resgate e na afirmação dos direitos universais dos brasileiros – buscou reconhecer os direitos específicos de alguns desses grupos, no caso as comunidades indígenas e quilombolas, as quais gozam de direitos territoriais e culturais especiais. Além disso, a Carta Magna estabelece a proteção de "manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional" (Art. 215, § 1º), bem como a "diversidade e a integridade do patrimônio genético do país" (Art. 225, § 1º, II).

No plano internacional, o Brasil assinou, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento realizada em 1992 – também conhecida como ECO-92 –, a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), a qual propunha medidas para assegurar a conservação da biodiversidade e seu uso sustentável. A convenção também reconhece a relação estreita entre a preservação de recursos biológicos e a existência de comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais. Em seu Art. 8º, a convenção estabelece que os países signatários devem

> respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais relevantes à conservação e utilização sustentável da diversidade biológica,

bem como "incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas", e "encorajar a repartição justa e equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas". O Brasil ratificou a convenção em 16 de março de 1998, por meio do Decreto nº 2.519 (SANTILLI, 2003).

2. Os pomeranos foram uma etnia descendente de tribos eslavas e germânicas, sendo que muitos emigraram para o Brasil durante o século XIX.

Apesar dessas iniciativas, questões primordiais relacionadas a esses grupos permaneceram pendentes, como acesso à terra, à saúde e à educação diferenciadas, bem como o acesso às condições mínimas necessárias para que esses povos e comunidades possam permanecer em seus territórios e para que sua identidade cultural seja preservada (SILVA, 2007). Segundo Marina Silva, as dificuldades enfrentadas por esses grupos no acesso a políticas públicas decorreriam principalmente "da ausência de reconhecimento dessas diferenças e no consequente despreparo histórico dos órgãos e agentes públicos para lidar com elas" (*op. cit.*, p. 7).

Um exemplo simbólico dessas dificuldades era, por exemplo, a ausência de uma definição clara do conceito de povos e comunidades tradicionais. Do ponto de vista jurídico, a primeira lei nacional a empregar a expressão "populações tradicionais" foi a Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Segundo Santilli, no entanto, a lei não oferecia uma definição precisa do termo (2003, p. 57). Ao falarem sobre as dificuldades de estabelecer critérios que permitam uma delimitação maior do conceito, Velasquez e Novion (2006) colocavam a necessidade de que uma definição como essa seja "abrangente e inclusiva, de tal modo a assegurar a essas populações seus direitos, não permitindo que interpretações excludentes venham a lhes prejudicar".

Um passo importante para que se avançasse nesse sentido foi a realização, em agosto de 2004 em Luziânia/DF, do 1º Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais, do qual participaram, além de povos indígenas e quilombolas, agroextrativistas, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais e caiçaras, geraizeiros,[3] vazanteiros,[4] pantaneiros, ciganos, pomeranos, comunidades de terreiro, fundos de pasto, faxinais[5] e ribeirinhos do São Francisco. O encontro foi importante principalmente porque ajudou a definir a composição da nova Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, a qual foi criada a partir do Decreto de 27 de dezembro de 2004 e representou um passo importante para a inclusão social e política desses grupos.

As competências e o funcionamento da comissão foram modificados pelo Decreto de 13 de julho de 2006, o qual muda seu nome para Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, conforme mencionado anteriormente. A comissão tinha como principal objetivo inicial elaborar a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, a qual deveria enfatizar o "reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus [dos povos e comunidades tradicionais] direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, respeitando e valorizando suas identidades, formas de organização e instituições" (BRASIL, 2011b). Além disso, a política nacional deveria elaborar uma definição legal do conceito de povos e comunidades tradicionais e dos seus territórios, não de modo a eliminar os debates sobre o conceito, mas visando estabelecer um patamar comum que permitisse ao governo avançar na implementação de direitos e benefícios.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais foi lançada em 7 de fevereiro de 2007, por meio do Decreto nº 6.040. A nova política define povos e comunidades tradicionais como:

3. Geraizeiros são habitantes do sertão, sobretudo da região dos Cerrados do norte de Minas, a qual é conhecida como Gerais.

4. Vazanteiros são pequenos agricultores cujo plantio e colheita estão associados aos ciclos de enchente, cheia e vazante dos rios.

5. Os faxinais são grupos camponeses que se caracterizam principalmente pelo uso coletivo da terra e dos recursos florestais e hídricos.

> grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Os territórios tradicionais, por sua vez, são definidos como:

> (...) os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações (BRASIL, 2007).

Segundo Marina Silva, o principal mérito da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais consiste em

> (...) tirar da invisibilidade essa expressiva parte da população brasileira, estabelecendo diretrizes e objetivos que permitem às políticas universais do governo brasileiro se adequarem para atender às demandas e características singulares desse público (SILVA, 2007, p. 9).

3.2 Finalidades e competências

A CNPCT tem como objetivo central "pactuar a atuação conjunta de representantes da Administração Pública direta e de membros do setor não governamental pelo fortalecimento social, econômico, cultural e ambiental dos povos e comunidades tradicionais" (BRASIL, 2011b). Entre suas principais atribuições estão propor princípios e diretrizes para políticas governamentais vinculadas à temática do desenvolvimento sustentável dos povos e das comunidades tradicionais, bem como coordenar e acompanhar a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. De acordo com o Decreto de 13 de julho de 2006, compete ainda à CNPCT:

- Estimular a descentralização das ações e a participação da sociedade civil a partir de propostas para articulação, consolidação e execução das políticas relevantes ao tema. Nesse sentido, também promover, em articulação com órgãos, entidades e colegiados envolvidos, debates públicos sobre os temas relacionados à formulação e à execução de políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável dos povos e das comunidades tradicionais.
- Identificar ou propor a criação de possíveis instrumentos ou medidas necessários à implementação das políticas, bem como propor mecanismos e ações para o acompanhamento e a avaliação destas.
- Identificar, propor e estimular ações de capacitação de recursos humanos, fortalecimento institucional e sensibilização, voltadas tanto para o poder público quanto para a sociedade civil, visando ao desenvolvimento sustentável dos povos e das comunidades tradicionais.

No exercício dessas competências, a comissão deve sempre considerar e zelar pelas especificidades sociais, econômicas, culturais e ambientais nas quais se encontram inseridos os povos e as comunidades tradicionais.

3.3 Composição

A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais é composta, formalmente, por 15 representantes de órgãos e entidades da administração pública federal e 15 representantes de organizações não governamentais (BRASIL, 2006). A composição atual está listada na tabela 2.

TABELA 2
Membros da CNPCT atualmente

	Órgãos e entidades da Administração Pública Federal
1	Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)
2	Fundação Cultural Palmares (FCP)
3	Fundação Nacional de Saúde
4	Fundação Nacional do Índio (Funai)
5	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
6	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
7	Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)
8	Ministério da Cultura (MinC)
9	Ministério da Educação (MEC)
10	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
11	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
12	Ministério do Meio Ambiente (MMA)
13	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
14	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
15	Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR)
	Organizações não governamentais
1	Agroextrativistas da Amazônia – Grupo de Trabalho Amazônico (GTA)
2	Caiçaras – Rede Caiçara de Cultura/suplência: União dos Moradores da Jureia
3	Comunidades de fundo de pasto – Articulação Estadual das Comunidades Tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto da Bahia
4	Comunidades de terreiro – Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (ACBANTU)/suplência: Comunidades Organizadas da Diáspora Africana pelo Direito à Alimentação Rede Kodya
5	Comunidades remanescentes de quilombos – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)
6	Faxinais – Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses
7	Geraizeiros – Rede Cerrado/Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas/suplência: Articulação Pacari de Plantas Medicinais do Cerrado
8	Pantaneiros – Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras
9	Pescadores artesanais – Associação Movimento Nacional dos Pescadores (Amonape)
10	Pomeranos – Associação Pomerana de Pancas (APOP)/suplência: Associação Cultural Alemã do Espírito Santo
11	Povos ciganos – Associação de Preservação da Cultura Cigana (Apreci)/suplência: Centro de Estudos e Discussão Romani (Cedro)
12	Povos indígenas – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)/suplência: Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoinme)
13	Quebradeiras de coco-de-babaçu – Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco-de-Babaçu (MIQCB)/suplência: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema)
14	Retireiros – Associação dos Retireiros do Araguaia
15	Seringueiros – Conselho Nacional de Seringueiros (CNS)

Fonte: <http://www.mds.gov.br/sobreoministerio/orgaoscolegiados/orgaos-em-destaque/cnpct/arquivos/PDF%20-%20Composicao%20da%20CNPCT.pdf/view>. Acesso em: 8 nov. 2011.

A comissão conta ainda com a participação de convidados. Neste relatório, estão contempladas as respostas dos seguintes convidados permanentes: Catadoras de Mangaba (SE) e Conselho Nacional de Juventude, este último representado pela Associação Raízes da Tradição.

3.4 Organização

Conforme definido em seu regimento interno, publicado pela Portaria nº 86, de 12 de março de 2008, a CNPCT estrutura-se em torno de um Plenário, de câmaras técnicas e de uma Secretaria Executiva. A Presidência da comissão é exercida pelo membro representante do MDS, ao passo que as funções de secretaria executiva cabem ao MMA, por meio da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável. Cabe à Secretaria Executiva planejar, organizar e coordenar as atividades técnicas e administrativas da comissão, fazendo cumprir seu regimento interno e permitindo o bom andamento das deliberações desta.

O Plenário é o órgão superior de deliberação da CNPCT e reúne-se, em caráter ordinário, uma vez a cada três meses. Podem participar das reuniões, por solicitação dos membros ou do presidente, representantes de outros órgãos e entidades da administração pública ou da sociedade civil, pessoas físicas que por sua experiência pessoal possam contribuir para os debates, assim como pessoas interessadas que tenham enviado pedido ao presidente da comissão com certa antecedência. Tanto membros da CNPCT quanto convidados possuem direito à voz, embora apenas o membro titular ou, em sua ausência, o respectivo suplente tem direito a voto. A comissão se reserva o direito de estabelecer caráter reservado para reuniões quando os temas deliberados assim o exigirem (CNPCT, 2008).

As câmaras técnicas, por sua vez, são instâncias de natureza técnica às quais compete promover a discussão e a articulação em temas relevantes para a implementação dos princípios e das diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, elaborar e encaminhar propostas para apreciação do Plenário e subsidiar os trabalhos da comissão (CNPCT, 2008). As câmaras são instituídas pelo Plenário, podem ser temporárias ou permanentes e são compostas por membros da comissão, titulares ou suplentes, e convidados que possam contribuir para o debate. Atualmente, integram a estrutura da comissão quatro câmaras técnicas permanentes, instituídas a partir de deliberação na sexta reunião ordinária do conselho, em 12 de dezembro de 2007. São elas:

- Câmara Técnica Permanente de Inclusão Social
- Câmara Técnica Permanente de Infraestrutura
- Câmara Técnica Permanente de Acesso aos Territórios e aos Recursos Naturais
- Câmara Técnica Permanente de Fomento e Produção Sustentável

Cada câmara técnica possui composição e finalidades específicas delimitadas nas deliberações que as instituíram.

3.5 Ferramentas de intervenção nas políticas públicas

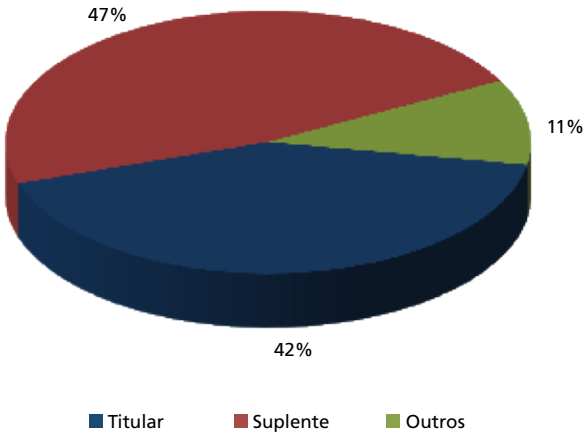
Segundo seu regimento interno (CNPCT, 2008), a comissão deve deliberar por meio de resoluções, deliberações e moções adotadas a partir de votações simbólicas ou nominais. As resoluções referem-se a decisões para regulamentar a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. As deliberações, por sua vez, tratam de decisões sobre editais, termos de referência, projetos e outras iniciativas referentes a matérias de âmbito da comissão. Por fim, as moções manifestam a visão da comissão quanto a temas relacionados ao desenvolvimento sustentável dos povos e das comunidades tradicionais, mas que extrapolam as competências da CNPCT. Resoluções, deliberações e moções são encaminhadas à Secretaria Executiva para divulgação no endereço eletrônico ou no Diário Oficial da União, quando necessário.

4 DADOS E INFORMAÇÕES COLETADAS NA PESQUISA IPEA/CNPCT

Descrevem-se aqui as informações obtidas por meio da sistematização dos dados coletados com a utilização do questionário (anexo 1) na CNPCT. A descrição é dividida em três blocos, os quais expressam, respectivamente, o perfil dos cidadãos que integram a comissão, sua percepção a respeito da forma de atuação dos representantes e sobre o funcionamento da comissão. As informações são apresentadas na forma de gráficos seguidos de parágrafos explicativos.

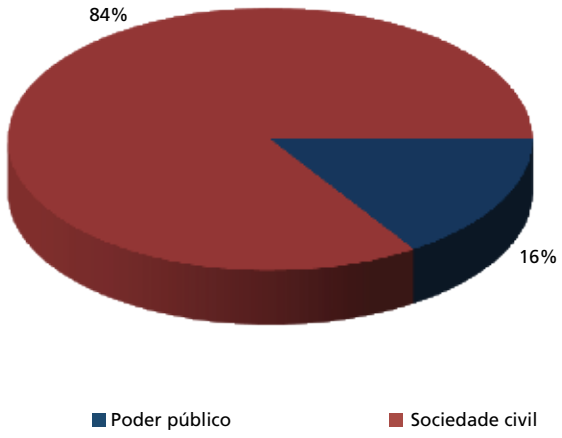
Inicialmente, verificamos a distribuição do preenchimento do questionário por situação na comissão, ou seja, se titular, suplente ou outros (gráfico 1). Conforme se pode observar, entre os que responderam ao questionário, 42% eram representantes titulares e 47% suplentes. Os 11% que declaram não ser nem um, nem outro correspondem aos dois de convidados permanentes, conforme mencionado anteriormente.

GRÁFICO 1
Situação na comissão



Fonte: Dados desta pesquisa.

GRÁFICO 2
Amostra segundo setor de representação



Fonte: Dados desta pesquisa.

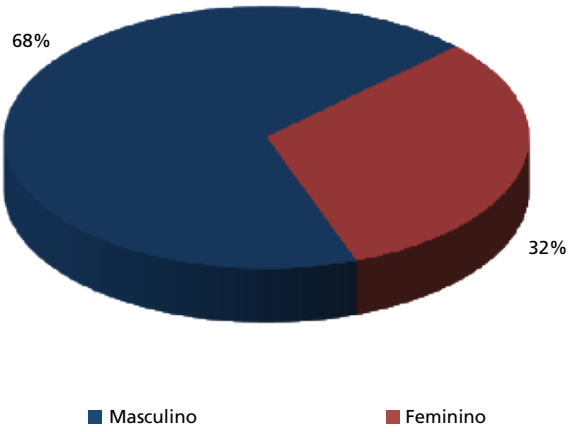
O gráfico 2 nos oferece a distribuição percentual dos membros da CNPCT segundo o setor de representação. Como é possível perceber, entre os representantes que compõem a amostra, 84% integram a sociedade civil, enquanto apenas 16% representam o poder público. Dada a maioria significativa da sociedade civil, é importante ter em mente que a análise dos resultados subsequentes corresponderá, principalmente, à avaliação desse setor quanto aos aspectos questionados. Ademais, essa sobrerrepresentação dos membros da sociedade civil que responderam aos questionários poderia indicar participação ou assiduidade maior desses membros em relação à do poder público. Esta hipótese é corroborada, como será visto mais adiante, pelo fato de vários integrantes pedirem maior participação deste último segmento na comissão.

4.1 Bloco I: perfil dos representantes

Esse bloco apresenta o perfil dos representantes que participaram da pesquisa. Os dados mostram sua caracterização no que se refere a sexo, cor, escolaridade, religião, faixa etária, renda, município de residência, tempo que atua como membro da comissão e informações sobre possível atuação em outros conselhos ou comissões.

4.1.1 Distribuição dos representantes por sexo

GRÁFICO 3
Representantes segundo o sexo

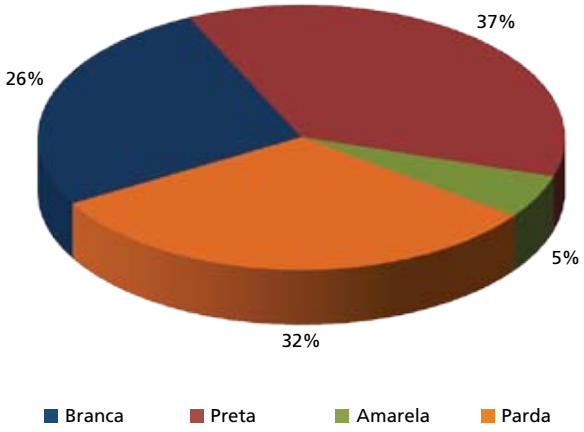


Fonte: Dados desta pesquisa.

Conforme o gráfico demonstra, existe predominância masculina (68%) na comissão. Embora a diferença entre a proporção de homens e mulheres seja razoável, a representação feminina ainda é maior do que a verificada, por exemplo, no Congresso Nacional – legítima casa de democracia representativa. No Congresso, as mulheres estão significativamente sub-representadas, sendo que estas ocupam menos de 10% das cadeiras – são 43 parlamentares do sexo feminino contra 470 do sexo masculino (BRASIL, 2011a). Isso significa que a representação das mulheres no parlamento brasileiro é menos expressiva do que na CNPCT.

4.1.2 Representantes segundo cor/raça

GRÁFICO 4
Representantes segundo cor/raça



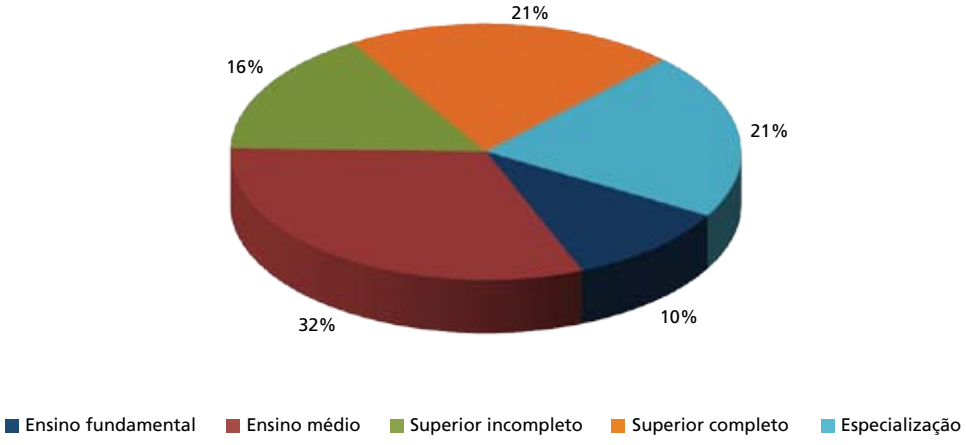
Fonte: Dados desta pesquisa.

Tal qual é possível observar no gráfico 4, a CNPCT apresenta composição razoavelmente equilibrada entre representantes que se consideram de cor preta (37%), pardos (32%) e brancos (26%), havendo leve predominância daqueles que se disseram pretos. Apenas 5% declararam ser amarelos. Considerando que a comissão é uma instância representativa dos povos e das comunidades tradicionais, representando grupos bastante diversos entre si, não surpreende que haja essa diversidade também no que se refere à questão racial na comissão.[6]

As opções de cor disponíveis nessa questão foram baseadas na tipologia adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no censo de 2010 e incluíam branca, preta, parda, amarela e indígena. Apesar de essas cinco categorias utilizadas pelo IBGE serem, por vezes, alvo de críticas, o instituto considera que elas ajudam a construir um papel legitimador das representações sobre os diversos grupos étnico-raciais que convivem no Brasil (IBGE, 2008, p. 12). Além disso, "os termos propostos (...) foram pensados como totalmente descritivos, sem nenhuma idéia de que eles servissem como forma de identificação dos grupos" (SCHWARTZMAN, 1998).

4.1.3 Escolaridade dos representantes

GRÁFICO 5
Escolaridade dos representantes



Fonte: Dados desta pesquisa.

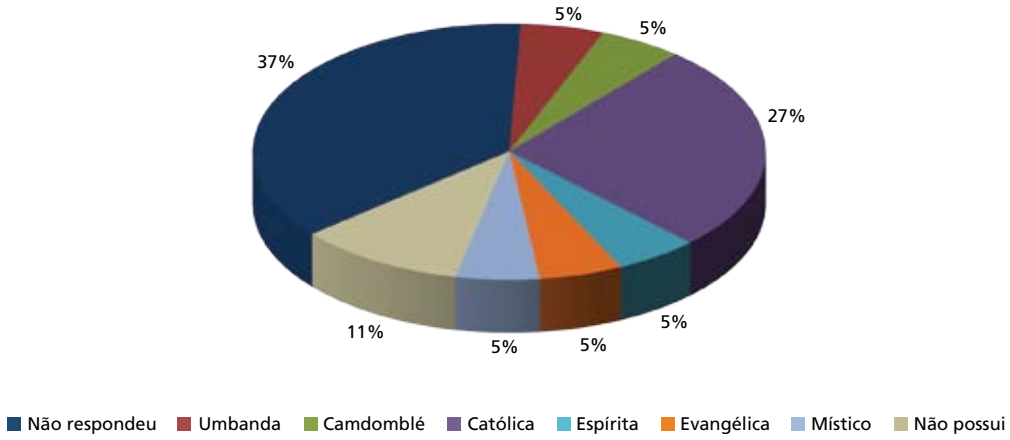
6. É importante observar que a categoria indígena não aparece entre as respostas porque os representantes dos grupos indígenas que integram a comissão não estavam presentes na reunião em que os questionários foram aplicados.

A média de escolaridade do brasileiro com 25 anos de idade ou mais, medida pelo IBGE em 2009, é de 7,1 anos de estudo, o que significa uma escolaridade que não alcança a conclusão do ensino fundamental (IBGE, 2010a, p. 50). De maneira geral, os membros da CNPCT apresentam escolaridade acima dessa média, dado que todos possuem pelo menos o ensino fundamental completo. Existe uma leve predominância daqueles que possuem apenas ensino médio completo (32%), seguidos de 21% que possuem superior completo e 21% que possuem algum tipo de especialização. 16% disseram ter ensino superior incompleto e 10% disseram ter apenas ensino fundamental.

4.1.4 Religião dos representantes

Podemos observar, pelo gráfico 6, a divisão dos conselheiros por religião ou culto. Utilizou-se a terminologia e o tipo de pergunta adotada no censo do IBGE: "Qual sua religião ou culto?". Dessa forma, evitou-se o uso de uma grande lista de respostas possíveis, o que poderia deixar de incluir algum grupo religioso. A partir das respostas abertas a essa pergunta, foram delimitadas as categorias dispostas no gráfico 6 a seguir.

GRÁFICO 6
Religião ou culto dos representantes

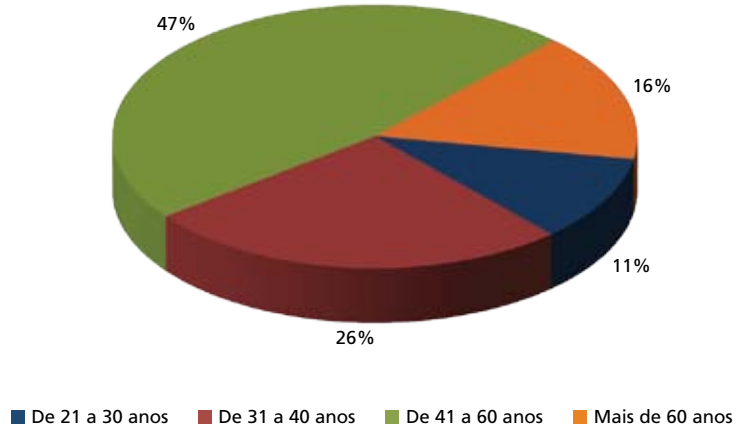


Fonte: Dados desta pesquisa.

Muito embora quantidade significativa dos representantes tenha optado por não declarar sua religião ou culto (37%), entre aqueles que responderam é possível observar a diversidade de cultos e crenças que perpassam a população brasileira como um todo, refletindo a diversidade cultural do país. A religião que obteve maior número de respostas foi a religião católica (27%).

4.1.5 Faixa etária dos representantes

GRÁFICO 7
Faixa etária dos representantes



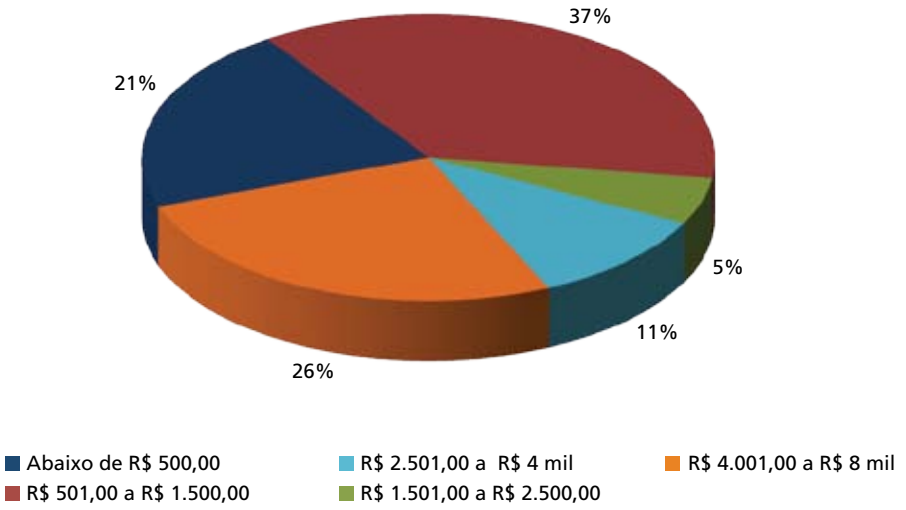
Fonte: Dados desta pesquisa.

Em relação à faixa etária, observa-se no gráfico 7 que a maior parte dos representantes da CNPCT possui entre 41 e 60 anos (47%). Dos demais, 26% disseram possuir entre 31 e 40 anos, 16% mais de 60 anos e apenas 11% entre 21 e 30 anos.

4.1.6 Renda familiar média mensal dos representantes

A renda mensal familiar foi sistematizada por meio das faixas de renda adotadas pelo IBGE. A partir do gráfico 8, é possível verificar que a renda familiar mensal média de boa parte dos membros da CNPCT (63%) está abaixo do rendimento médio das famílias brasileiras tal qual medido na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada entre os meses de maio de 2008 e 2009 pelo IBGE. A pesquisa, que incluiu uma amostra de 60 mil domicílios urbanos e rurais, demonstra que a família brasileira tem uma renda média de R$ 2.763,47 (IBGE, 2010b).

GRÁFICO 8
Representantes segundo renda familiar média mensal



Fonte: Dados desta pesquisa.

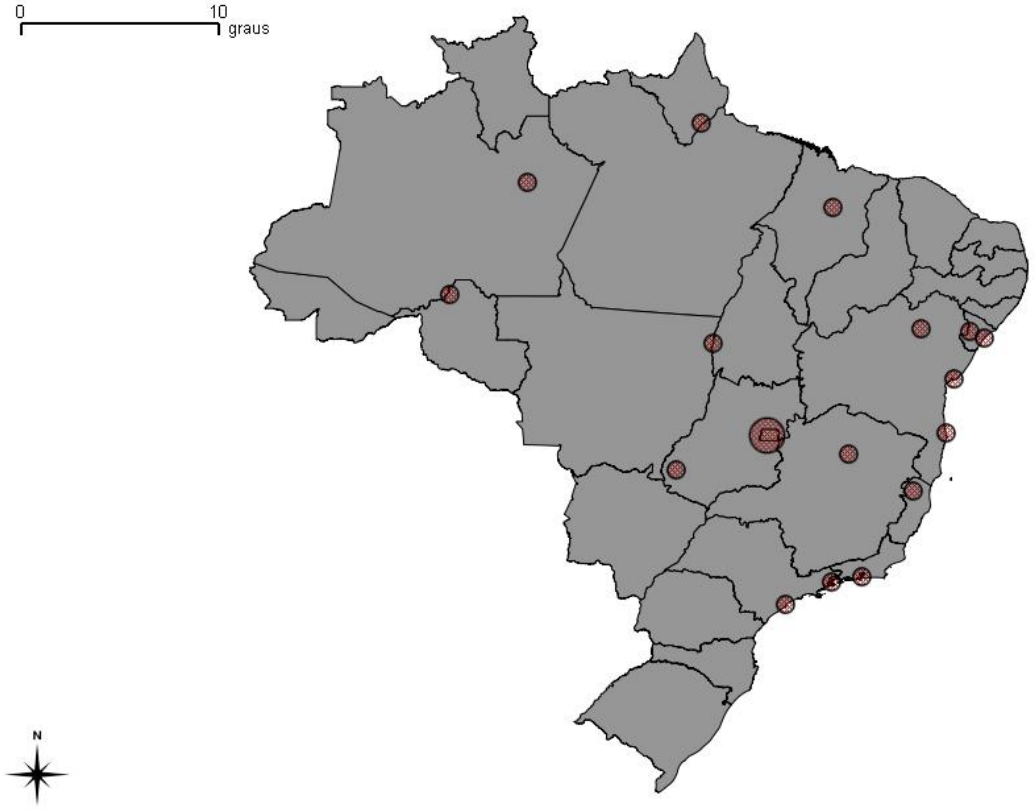
No caso da CNPCT, 37% dos conselheiros declararam ter renda mensal média acima de R$ 2.500,00. É possível perceber que igual quantidade declara possuir renda familiar variando entre R$ 501,00 e R$ 1.500,00. 21% ainda situam sua renda familiar média abaixo de R$ 500,00. Analisando as respostas caso a caso, foi possível perceber que os representantes do poder público que responderam ao questionário ganham todos entre R$ 4.001,00 e R$ 8.000,00. A análise desse aspecto reforça o caráter representativo da comissão no que se refere aos representantes, dada sua capacidade de incluir atores de diversas faixas sociais, sobretudo entre a sociedade civil.

4.1.7 Município/UF de residência dos representantes

De modo a obter melhor representação espacial da distribuição dos conselheiros no país, foi feito um mapa demonstrativo (mapa 1). Neste mapa, os círculos indicam os municípios de residência e seu tamanho reflete a proporção de conselheiros que indicaram residir naquele local. O detalhamento dos nomes dos municípios e a frequência de resposta para cada um podem ser encontrados na tabela 3.

Conforme é possível perceber a partir do mapa, a comissão possui membros provenientes de diversas regiões e cidades do país, algo que poderia ser atribuído à própria diversidade existente entre os grupos representados. A região Sul é a única que não possui nenhum representante entre aqueles que responderam aos questionários.

MAPA 1
Distribuição geográfica dos membros da CNPCT



Fonte: Dados desta pesquisa.

TABELA 3
Distribuição dos representantes por município

Município/UF de residência	Frequência
Barra dos Coqueiros/SE	1
Brasília/DF	3
Canavieiras/BA	1
Luciara/MT	1
Manaus/AM	1
Mazagão/Macapá/AP	1
Mineiros/GO	1
Montes Claros/MG	1
Parati/RJ	1
Peruíbe/SP	1
Pinhão/PR	1
Porto Velho/RO	1
Rio de Janeiro/RJ	1
Salvador/BA	1
São Luis Gonzaga/MA	1
Senhor do Bonfim/BA	1
Vila Pavão/ES	1
Total	**19**

Fonte: Dados desta pesquisa.

4.1.8 Representantes segundo o tempo na comissão

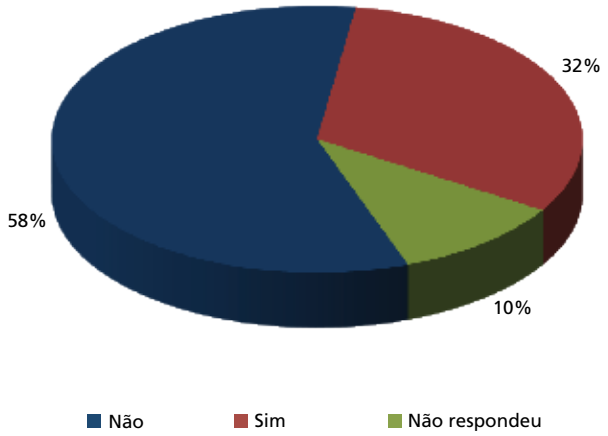
GRÁFICO 9
Representantes segundo o tempo na comissão

Fonte: Dados desta pesquisa.

Observa-se, no gráfico 9, que 69% dos membros da CNPCT estão na comissão há entre um e três anos. 16% responderam integrá-la há entre quatro e seis anos e apenas 5% estão há menos de um ano na comissão. Isso poderia sugerir que existe grau de experiência maior entre seus integrantes, dado que acompanham o processo da CNPCT há mais tempo. Por outro lado, isso também poderia indicar baixo grau de rotatividade entre os membros. 10% não responderam à questão ou não sabiam dizer.

4.1.9 Representação de outros setores na comissão

GRÁFICO 10
Representação de outros setores na comissão – anterior à representação atual



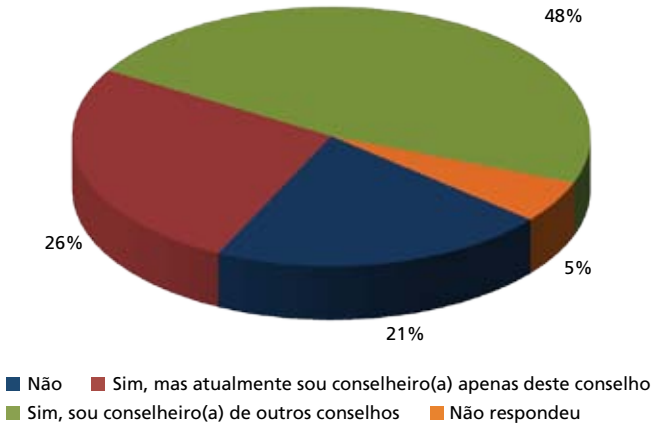
Fonte: Dados desta pesquisa.

O gráfico 10 mostra que um número razoavelmente alto de membros da comissão (32%) já representaram outros setores nesta. De acordo com as especificações fornecidas por aqueles que disseram ter representado outros setores, a maior parte deles representou outros setores da sociedade civil na comissão. 58% dos membros disseram nunca ter representado outro setor, enquanto 10% não responderam.

4.1.10 Atuação em outros conselhos

O gráfico 11 representa as respostas à indagação sobre se o representante participa atualmente ou se já participou de outros conselhos nacionais.

GRÁFICO 11
Participação dos representantes em outros conselhos



Fonte: Dados desta pesquisa.

Vinte e um por cento dos representantes disseram não participar ou não terem participado de outros conselhos, ao passo que 74% dos representantes já foi ou é ainda conselheiro de outros conselhos. 5% não responderam à questão. A tabela 4 especifica qual o tipo de conselho – nacional, estadual, municipal, relacionados a qualquer temática – do qual os 74% que responderam "Sim" à questão anterior já participaram ou participam. Como é possível perceber a partir da tabela 4, a maior parte dos representantes participa ou participou apenas de conselhos municipais (4), seguida por aqueles que atuam ou atuaram em conselhos estaduais (2), nacionais e estaduais (2) e nos três níveis (2).

TABELA 4
Atuação em conselhos fora da CNPCT

Tipo de conselho	Quantidade de conselheiros
Apenas nacional	1
Apenas estadual	2
Apenas municipal	4
Nacional e estadual	2
Nacional e municipal	1
Estadual e municipal	1
Nacional, estadual e municipal	2
Não respondeu	1
Total	**14**

Fonte: Dados desta pesquisa.

QUADRO 1
Resumo do perfil dos representantes da CNPCT

Gênero	68% do sexo masculino e 32% do sexo feminino
Cor/raça	37% dos representantes se declaram de cor preta, 32% parda, 26% branca e 5% indígena
Escolaridade	10% ensino fundamental, 32% ensino médio, 16% superior incompleto, 21% superior completo e 21% especialização
Religião ou culto	27% católica, 37% não declararam, 11% não possuem, 25% divididos em espiritismo, umbanda, candomblé, evangélica e mística
Faixa etária	47% entre 41 e 60 anos, 26% entre 31 e 40 anos, 16% com mais de 60 anos e 11% entre 21 e 30 anos
Renda mensal média familiar	21% abaixo de R$ 500,00, 37% entre R$ 501,00 e R$ 1.500,00, 5% entre R$ 1.501,00 e R$ 2.500,00, 11% de R$ 2.501,00 a R$ 4.000,00 e 26% com renda acima de R$ 4.000,00
Tempo na comissão	69% entre 1 e 3 anos, 16% de 4 a 6 anos e 5% a menos de 1 ano
Representação anterior de outros setores na CNPCT	58% dos conselheiros nunca representaram outros setores na CNPCT e 32% já o fizeram
Participação em outros conselhos	74% dos conselheiros atuam ou já atuaram em outro conselho, enquanto 21% responderam que não participam ou participaram de outros conselhos

Fonte: Dados desta pesquisa.

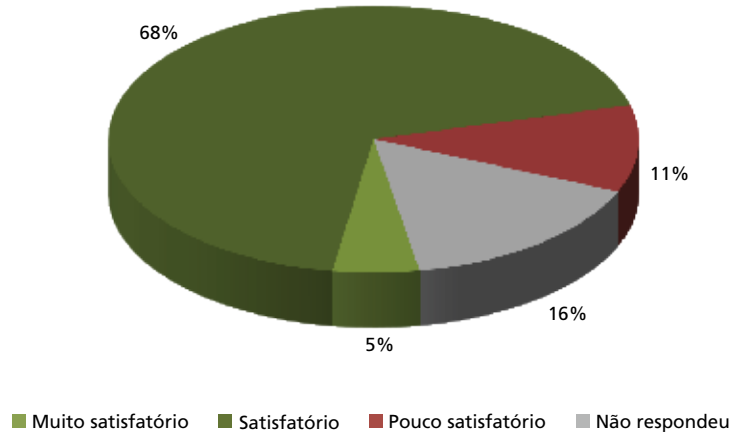
4.2 Bloco II: atuação dos representantes

Este bloco busca captar a percepção dos membros acerca da composição da comissão, de sua própria atuação como representante, dos interesses que eles entendem defender, da articulação entre setores da comissão, interação e formas de comunicação com a base de apoio.[7] Os gráficos desta seção representam o grau de satisfação do representante em relação aos aspectos citados. Cada respondente avalia em uma escala que inclui cinco opções de avaliação: muito satisfatória, satisfatória, pouco satisfatória, insatisfatória e não sabe/não se aplica.

7. Considerou-se como "base de apoio" o grupo principal de pessoas representadas pelo(a) representante.

4.2.1 Avaliação do número total de representantes

GRÁFICO 12
Número total de representantes

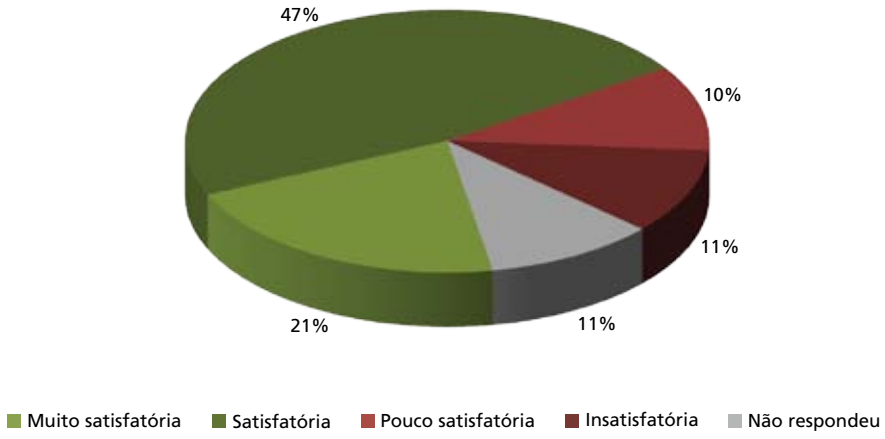


Fonte: Dados desta pesquisa.

Dos representantes da comissão que responderam ao questionário, a grande maioria (73%) acredita que o número total de representantes seja satisfatório ou muito satisfatório. Apenas 11% disseram achá-lo pouco satisfatório. 16% não responderam.

4.2.2 Avaliação da diversidade de setores representados

GRÁFICO 13
Diversidade dos setores representados

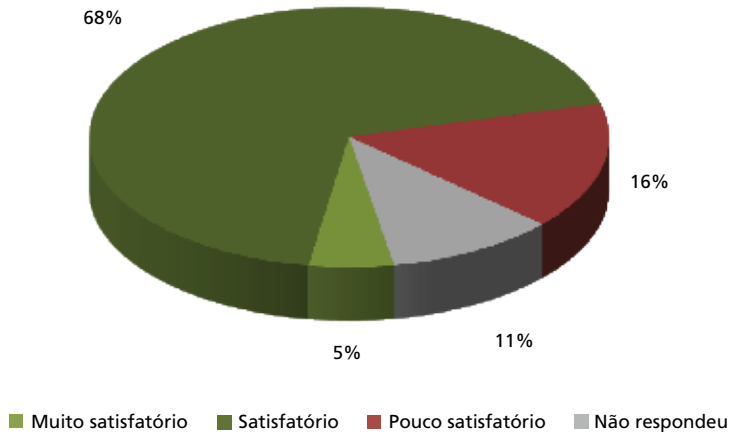


Fonte: Dados desta pesquisa.

Como é possível observar no gráfico 13, 68% dos representantes consideram a diversidade de setores satisfatória ou muito satisfatória. Avaliações negativas deste quesito somam 21%, entre 10% que a consideram pouco satisfatória e 11% que disseram ser insatisfatória. 11% não responderam.

4.2.3 Avaliação do número de representantes em cada setor

GRÁFICO 14
Número de representantes em cada setor

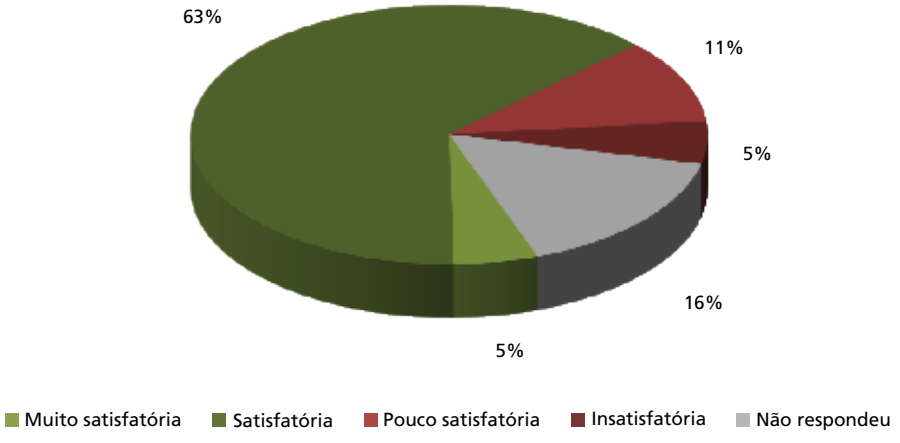


Fonte: Dados desta pesquisa.

De acordo com o gráfico 14, quando se pede aos integrantes da comissão para avaliar o número de representantes por setor, o nível de satisfação permanece alto. 73% consideram satisfatório ou muito satisfatório o número de representantes por setor, e apenas 16% o avaliam como pouco satisfatório. 11% não responderam ou não sabiam.

4.2.4 Avaliação da forma de escolha das entidades com assento na comissão

GRÁFICO 15
Forma de escolha das entidades com assento na comissão

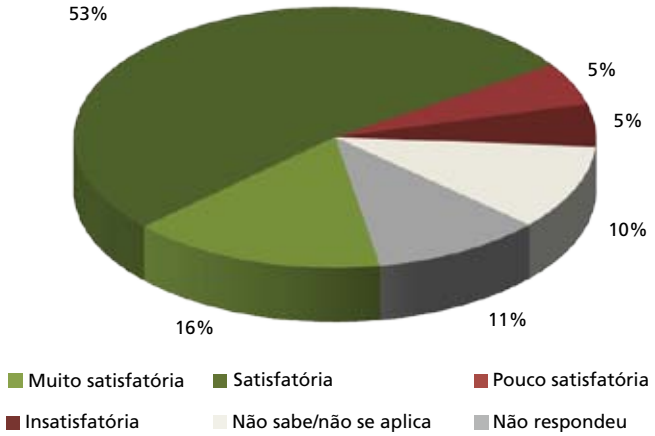


Fonte: Dados desta pesquisa.

Em relação a esse aspecto, a maioria dos representantes (68%) avalia a forma de escolha das entidades com assento na comissão como satisfatória ou muito satisfatória, ao passo que 16% se dizem insatisfeitos ou pouco satisfeitos com esse aspecto. 16% não responderam.

4.2.5 Avaliação da forma de escolha dos representantes nas entidades

GRÁFICO 16
Forma de escolha dos representantes da comissão nas entidades



Fonte: Dados desta pesquisa.

Percebe-se, pelo gráfico 16, que a maior parte dos representantes da CNPCT estão muito satisfeitos (16%) ou satisfeitos (53%) com a forma de escolha dos representantes nas entidades que compõem a comissão. Apenas 10% disseram estar pouco satisfeitos ou insatisfeitos com esse aspecto. 21% não responderam ou não saberiam dizer.

Levando em consideração os aspectos analisados nos gráficos 12 a 16, é interessante perceber que a avaliação da composição da CNPCT é bastante positiva, especialmente se levado em conta o fato de que as respostas dos questionários são majoritariamente da sociedade civil.

4.2.6 Interesses prioritários

Ao serem questionados sobre quais interesses eles defenderiam, foi solicitado que o conselheiro marcasse uma das seguintes opções: "Nenhum interesse específico, sigo apenas as minhas convicções pessoais", "Interesses da minha instituição", "Interesses do meu setor", "Interesses de redes ou movimentos organizados em função de temas ou problemas específicos" ou "Interesses de toda a coletividade". Deveria ser marcada uma opção para o primeiro, outra para o segundo e outra para o terceiro interesse prioritariamente defendido pelo representante. Considerou-se, para fins de sistematização, apenas as respostas marcadas como primeira opção de prioridade.

GRÁFICO 17
Interesses prioritários I

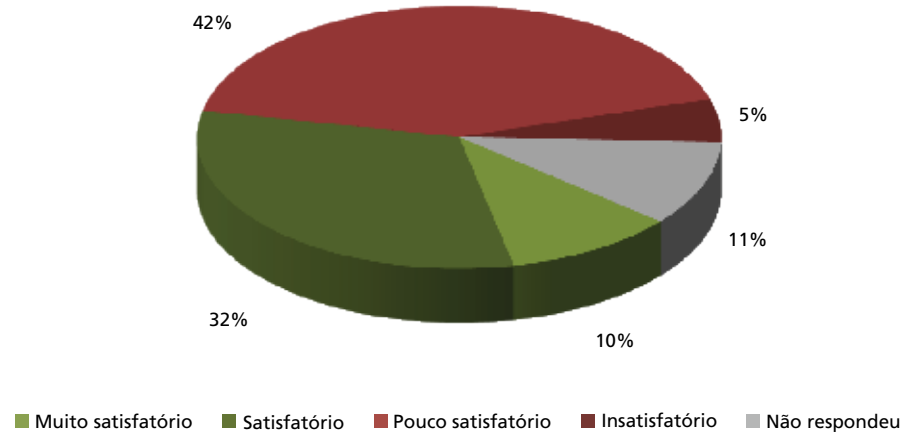
Fonte: Dados desta pesquisa.

Conforme é possível verificar no gráfico 17, os interesses considerados como mais prioritários pelos representantes são, principalmente, os de toda a coletividade (37%), seguidos dos do setor representado (11%) e o de suas instituições (10%). Houve 42% de não respostas.

4.2.7 Grau de articulação com os setores que compõem a comissão

Os gráficos 18 e 19 referem-se à avaliação do nível de satisfação com o grau de articulação entre os representantes e os segmentos que compõem a comissão.

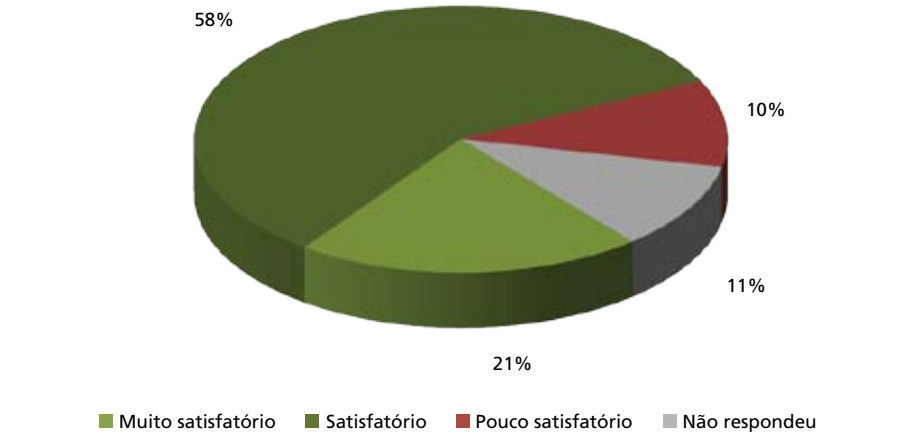
GRÁFICO 18
Grau de articulação dos conselheiros com o poder público



Fonte: Dados desta pesquisa.

Com relação à articulação com o poder público, é possível verificar que o nível de insatisfação aumenta sobremaneira. 47% dos representantes disseram-se pouco satisfeitos ou insatisfeitos com esse aspecto, enquanto 32% afirmaram estar satisfeitos e 10% muito satisfeitos.

GRÁFICO 19
Grau de articulação dos conselheiros com a sociedade civil

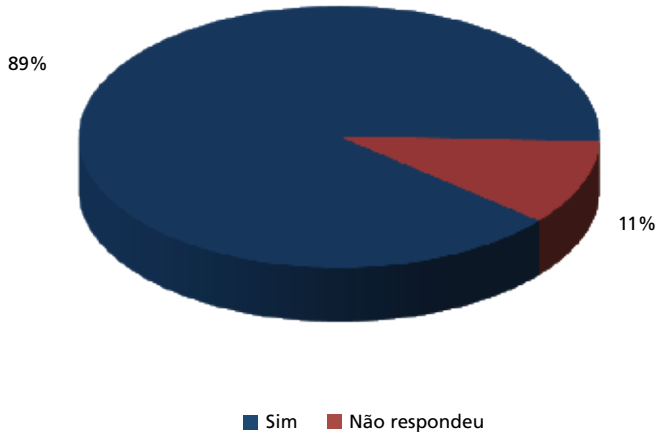


Fonte: Dados desta pesquisa.

No que se refere à articulação com a sociedade civil, o nível de satisfação aumenta: 21% afirmaram estar muito satisfeitos e 58% satisfeitos. É importante ter em mente, conforme mencionado anteriormente, que a maior parte dos respondentes ao questionário pertence à sociedade civil. Desse modo, esses dados podem ser um indicativo de como este setor percebe a articulação com o poder público.

4.2.8 Existência de base de apoio

GRÁFICO 20
Presença de base de apoio no exercício do mandato do representante

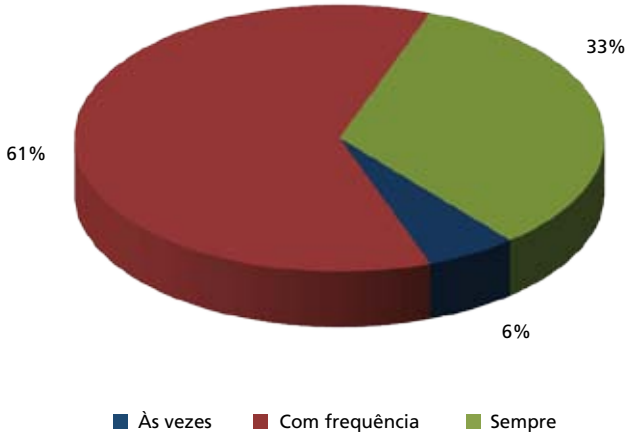


Fonte: Dados desta pesquisa.

Na resposta à questão: "No exercício de seu mandato como representante, você tem alguma base de apoio?", todos os representantes que responderam a essa questão disseram possuir base de apoio.

4.2.9 Frequência de contato com a base de apoio

GRÁFICO 21
Frequência de contato com a base de apoio



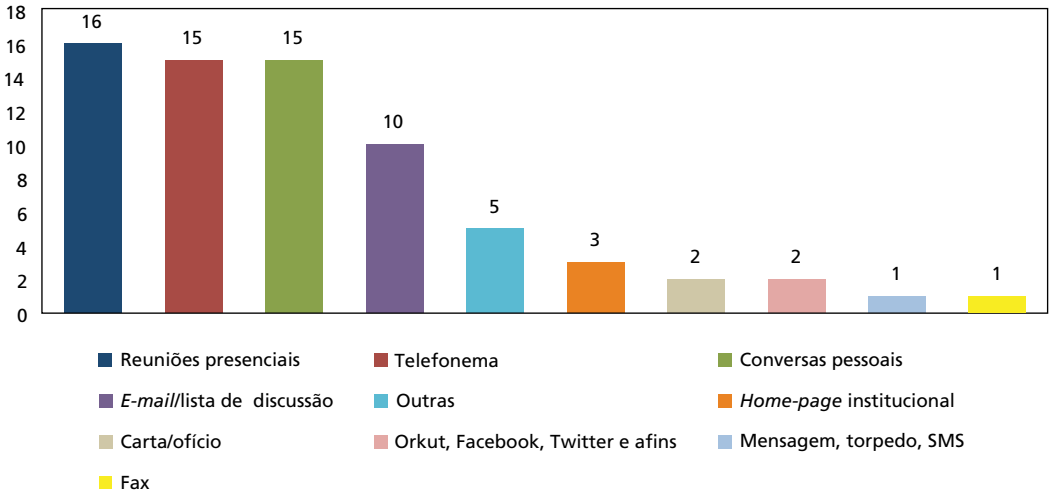
Fonte: Dados desta pesquisa.

Sessenta e um por cento dos representantes afirmaram entrar em contato com frequência com sua base de apoio, ao passo que 33% disseram fazê-lo sempre, e apenas 6% às vezes.

4.2.10 Formas de contato com a base de apoio

As principais formas de contato utilizadas pelos representantes da CNPCT para se comunicar com suas bases estão representadas no gráfico 22 (por número de respostas). É importante notar que mais de uma resposta era possível.

GRÁFICO 22
Principais formas de contato com a base de apoio



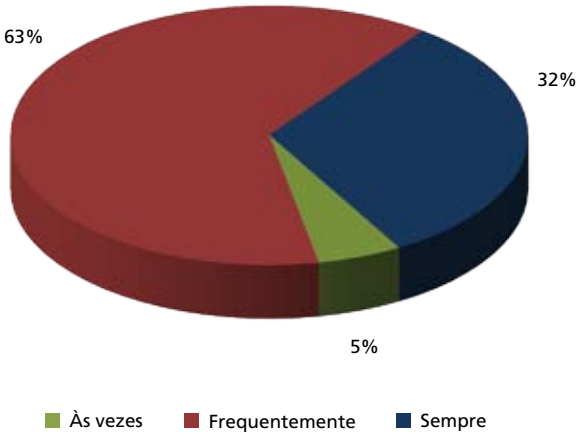
Fonte: Dados desta pesquisa.

Percebe-se que as formas de contato mais frequentes são reuniões presenciais (16), telefonemas (15) e conversas pessoais (15). As listas e trocas de *e-mail* são apontadas por dez representantes como forma de contato com as bases. A *homepage* institucional é citada por três membros da comissão, enquanto as novas formas de relacionamento digital, como Orkut e Facebook, são citadas por apenas dois representantes como ferramentas de interação com as bases. Entre as cinco respostas daqueles que usam outros meios, observam-se seminários e palestras, carro de som e outras atividades de interesse.

4.2.11 Frequência de consulta à base de apoio para:

Definir/sustentar posicionamento na comissão

GRÁFICO 23
Frequência de consulta à base de apoio para definir posicionamento

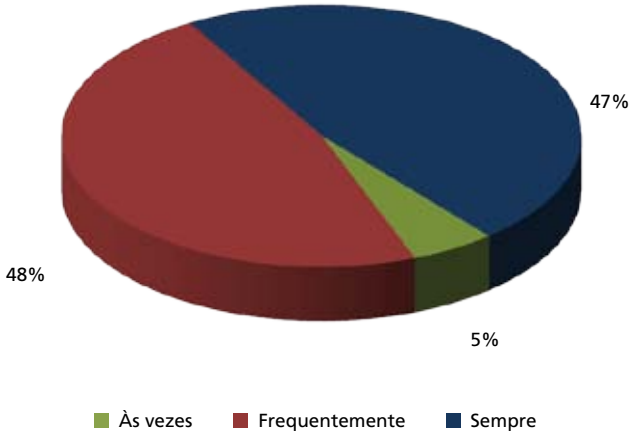


Fonte: Dados desta pesquisa.

Os representantes da CNPCT afirmam, em sua maioria, comunicar-se sempre ou frequentemente com suas bases de apoio (95%), a fim de definir o posicionamento a ser defendido na comissão. Apenas 5% afirmam se comunicar com suas bases para essa finalidade às vezes.

Relatar debates/deliberações da comissão

GRÁFICO 24
Frequência de consulta à base de apoio para relatar os debates/deliberações da comissão

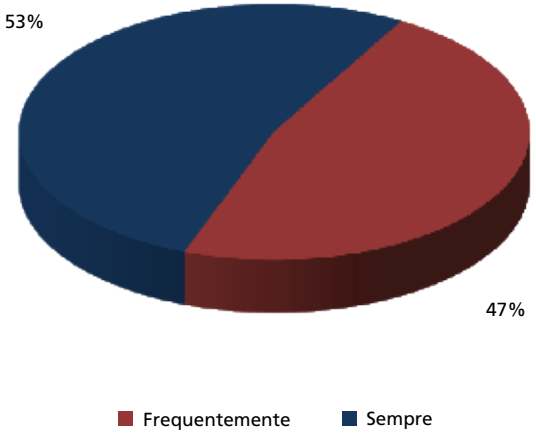


Fonte: Dados desta pesquisa.

A frequência de comunicação com as bases para relatar as atividades ocorridas na CNPCT é semelhante – 95% disseram fazê-lo sempre ou frequentemente –, mas é possível perceber um aumento da proporção de respostas "sempre" (47%).

Prestar contas sobre a atuação na comissão

GRÁFICO 25
Frequência de consulta à base de apoio para prestar contas sobre a atuação na comissão

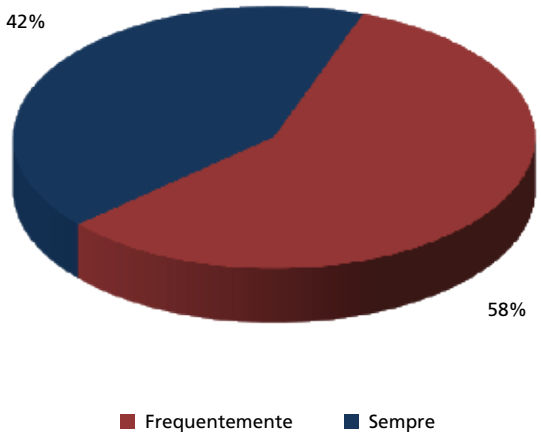


Fonte: Dados desta pesquisa.

O padrão de frequência de contato permanece alto no que se refere à consulta à base de apoio para prestação de contas da atuação na CNPCT: 53% disseram fazê-lo sempre e 47% frequentemente.

Construir/fortalecer articulações

GRÁFICO 26
Frequência de consulta à base de apoio para construir/fortalecer articulações



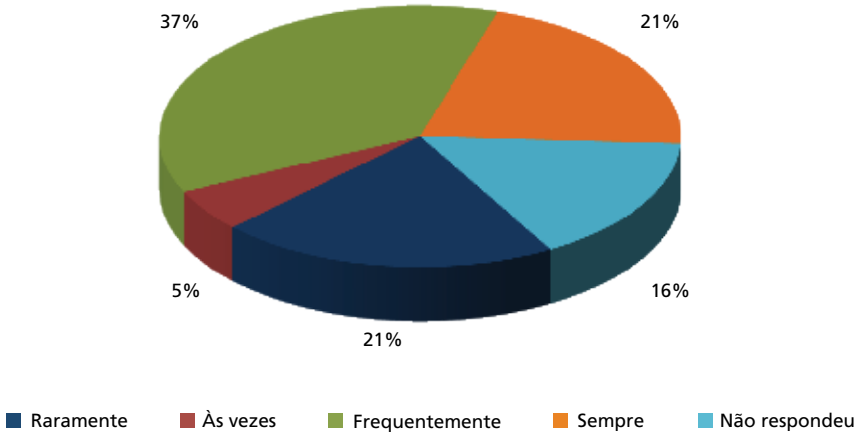
Fonte: Dados desta pesquisa.

Por fim, no que se refere à comunicação com a base de apoio para construir ou fortalecer articulações, a frequência de contato permanece alta. 42% dos representantes sempre contatam suas bases para essa finalidade, enquanto 58% o fazem com frequência.

4.3 Bloco III: funcionamento da comissão

4.3.1 Frequência com a qual a atuação dos representantes da CNPCT corresponde aos interesses de seus respectivos setores

GRÁFICO 27
Frequência da correspondência entre a atuação dos representantes e os interesses de seu setor



Fonte: Dados desta pesquisa.

O gráfico 27 mostra um conjunto de respostas bastante variado no que se refere à frequência com que a atuação dos representantes corresponde aos interesses de seus respectivos setores. Dadas as frequências de contato para diferentes finalidades observadas na sessão anterior, surpreende que 21% dos representantes tenham dito que raramente ocorra correspondência entre a atuação dos representantes e os interesses do respectivo setor. De todo modo, predominam as respostas que afirmam que essa correspondência acontece frequentemente (37%) ou sempre (21%).

4.3.2 Percepção dos representantes em relação à influência da comissão

Nessa questão, o objetivo é obter a opinião dos representantes acerca do nível de influência da comissão nas diversas arenas políticas nas quais a CNPCT poderia intervir de alguma forma, influenciando o processo de formulação e implementação de políticas públicas.

Influência da comissão na agenda do Congresso Nacional

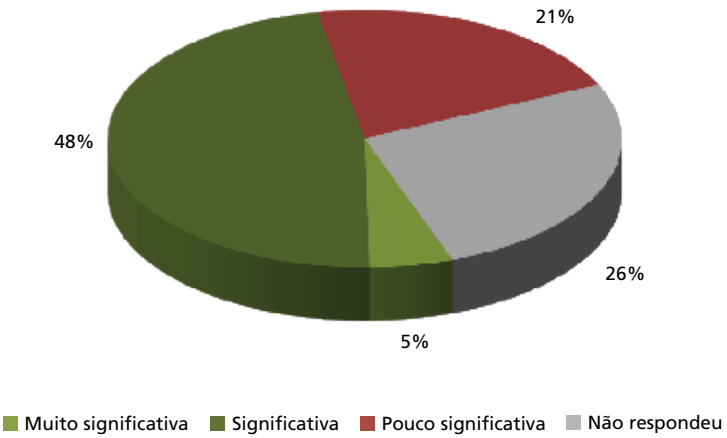
GRÁFICO 28
Influência na agenda do Congresso Nacional

Fonte: Dados desta pesquisa.

É interessante perceber, conforme mostra o gráfico 28, que a maior parte dos representantes da comissão que responderam ao questionário acreditam que a influência da CNPCT sobre a agenda do Congresso Nacional é pouco significativa (58%) ou não tem nenhuma influência (11%). Apenas 10% disseram achar que o impacto é significativo ou muito significativo. 21% optaram por não responder.

Influência da comissão nas políticas públicas do Ministério do Desenvolvimento Social

GRÁFICO 29
Influência da atuação da comissão nas políticas públicas do MDS

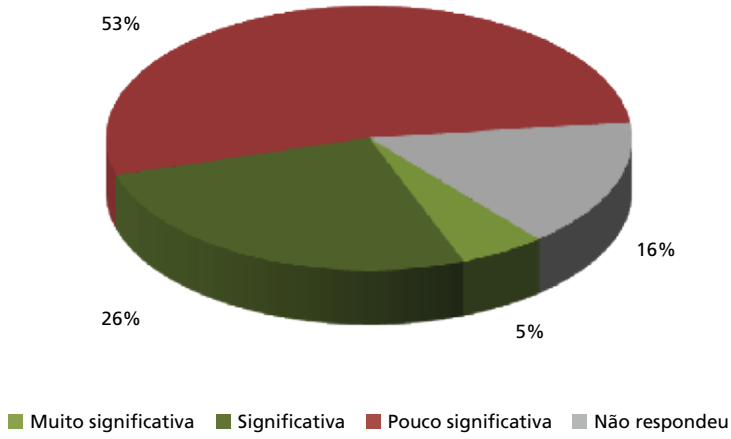


Fonte: Dados desta pesquisa.

As avaliações quanto à influência sobre as políticas do órgão vinculado à comissão, no caso o MDS, são bem mais positivas se comparadas ao impacto sobre a agenda do Congresso. 53% dos representantes da CNPCT acreditam que a influência sobre as políticas do ministério são significativas ou muito significativas, ao passo que 21% acreditam que esta é pouco significativa. Um número alto de representantes optou, novamente, por não responder (26%).

Influência da comissão nas políticas públicas de outros ministérios com os quais a comissão se relaciona

GRÁFICO 30
Influência da atuação da comissão nas políticas públicas de outros ministérios com os quais a comissão se relaciona

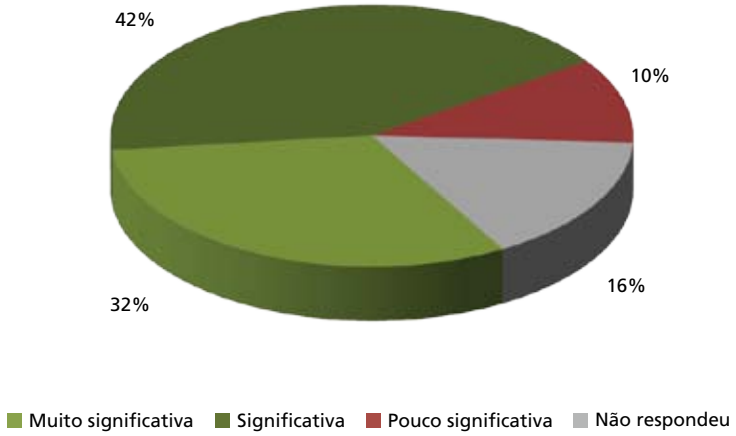


Fonte: Dados desta pesquisa.

Na avaliação da influência da comissão sobre as políticas de outros ministérios com os quais ela está articulada, percebe-se um aumento novamente daqueles que avaliam esse aspecto como pouco significativo (53%). As avaliações que se referem a esse impacto como significativo (26%) e muito significativo (5%), no entanto, ainda são maiores do que a mesma avaliação no que se referia ao impacto sobre o Congresso Nacional.

Influência da comissão nas iniciativas da sociedade civil

GRÁFICO 31
Influência da comissão nas iniciativas da sociedade civil

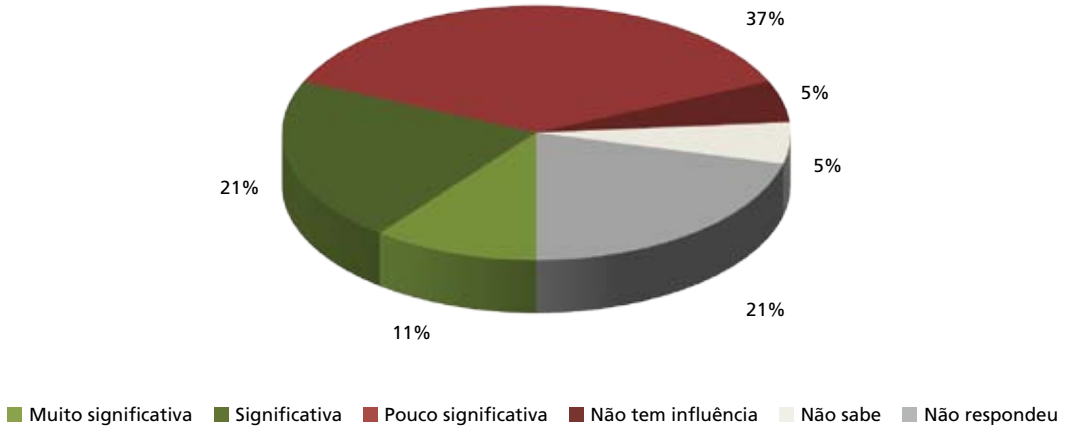


Fonte: Dados desta pesquisa.

A avaliação da influência da CNPCT sobre as ações e iniciativas da sociedade civil é a mais positiva, sendo que 32% dos representantes consideram muito significativa e 42% significativa. Apenas 10% consideraram pouco significativa. 16% não responderam.

Influência da comissão nas iniciativas do setor privado

GRÁFICO 32
Influência da comissão nas iniciativas do setor privado



Fonte: Dados desta pesquisa.

Quando se aborda a influência sobre as iniciativas do setor privado, percebe-se que há um equilíbrio entre avaliações negativas e as positivas. Enquanto 42% consideram essa influência pouco significativa ou inexistente, 32% acreditam que ela é significativa ou muito significativa. 26% não sabiam ou não quiseram responder.

Influência da comissão na percepção da opinião pública sobre o tema

GRÁFICO 33
Influência da comissão na percepção da opinião pública sobre o tema

Fonte: Dados desta pesquisa.

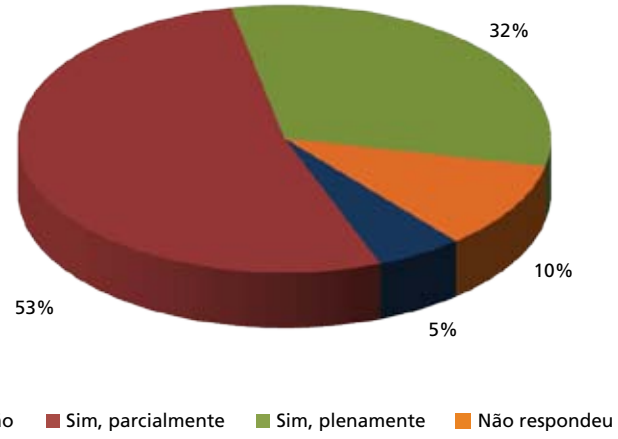
Finalmente, quanto à influência da CNPCT sobre a opinião pública com relação à temática dos povos e das comunidades tradicionais, percebe-se que a avaliação dos representantes continua equilibrada, sendo que 37% acreditam que o impacto é pouco significativo ou sem influência, enquanto outros 37% afirmam achar que este é significativo ou muito significativo. 26% não sabiam dizer ou não responderam.

O alto número de representantes que optou por não responder a essas questões de avaliação do impacto da comissão poderia levantar questões sobre a capacidade de acompanhamento e monitoramento, sobretudo dos membros da sociedade civil, dos resultados e dos impactos das ações da comissão sobre outros órgãos e entidades, bem como sobre a sociedade como um todo.

4.3.3 Compreensão dos assuntos tratados na comissão

Pergunta-se dessa forma: Em geral, os assuntos tratados na comissão são facilmente compreendidos por todos os representantes? Essa questão visa aferir a percepção acerca do entendimento dos membros da CNPCT em relação aos assuntos discutidos na comissão. Como respostas possíveis a essa pergunta havia as opções "não", "sim, parcialmente" e "sim, plenamente".

GRÁFICO 34
Compreensão dos assuntos tratados na comissão



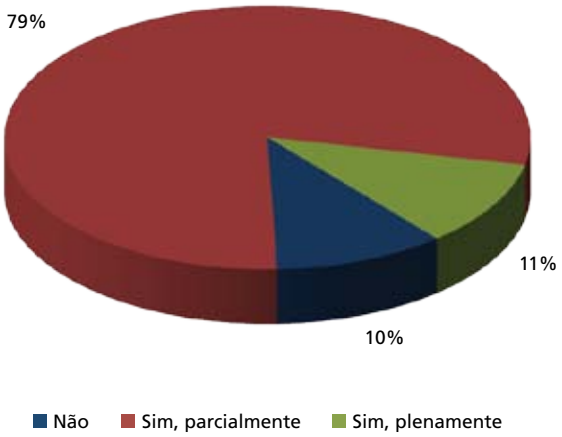
Fonte: Dados desta pesquisa.

Conforme demonstra o gráfico 34, a maioria dos conselheiros (53%) acredita que estes compreendem apenas parcialmente os assuntos tratados na comissão. 32% disseram que a compreensão é plena, 10%, que os assuntos não são compreendidos e 5% não responderam.

4.3.4 Compreensão da linguagem utilizada nas reuniões da comissão

Nesse item, pergunta-se se a linguagem utilizada nas reuniões é facilmente compreendida e apropriada por todos os representantes. As opções de resposta também foram: "não", "sim, parcialmente" e "sim, plenamente".

GRÁFICO 35
Compreensão da linguagem utilizada nas reuniões

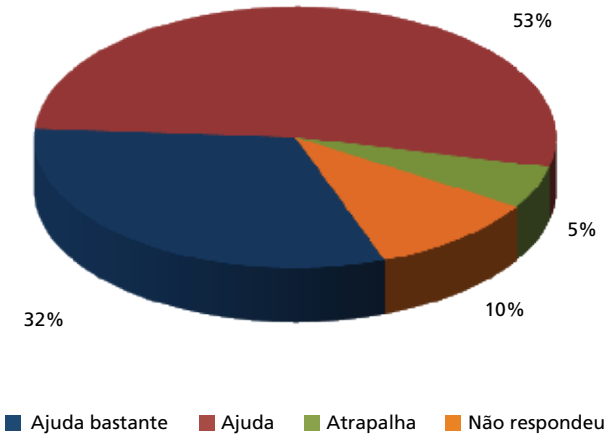


Fonte: Dados desta pesquisa.

Mais uma vez, a maioria dos representantes afirma que a linguagem utilizada é compreendia apenas parcialmente (79%) pelos membros da comissão. Apenas 11% disseram achar que ela é compreendida plenamente e 10% que não é compreendida.

4.3.5 Avaliação da atuação dos setores da comissão

GRÁFICO 36
Atuação do poder público



Fonte: Dados desta pesquisa.

GRÁFICO 37
Atuação da sociedade civil

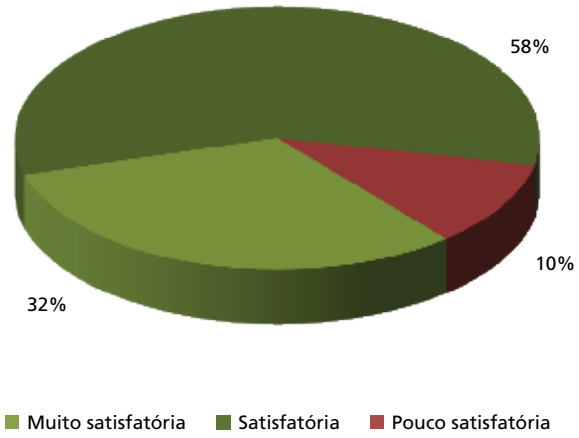
Fonte: Dados desta pesquisa.

Nesse item, pediu-se aos membros da CNPCT para avaliarem a atuação, na comissão, dos setores que o compõem. Conforme os gráficos 36 e 37 demonstram, a avaliação das atuações é, sobretudo, positiva – sociedade civil e poder público ajudam ou ajudam bastante –, muito embora a proporção de representantes que dizem que a sociedade civil ajuda bastante (69%) seja maior do que os que dizem o mesmo com relação ao poder público (32%). É importante relembrar, nesse caso, que a maior parte dos respondentes faz parte da sociedade civil. 10% optaram por não responder à avaliação sobre a atuação do poder público.

4.3.6 Avaliação das estruturas administrativas e organizacionais da CNPCT: a avaliação da Secretaria Executiva

Esta seção visa avaliar o nível de satisfação dos representantes em relação às estruturas administrativas e organizacionais da CNPCT.

GRÁFICO 38
Secretaria Executiva da comissão

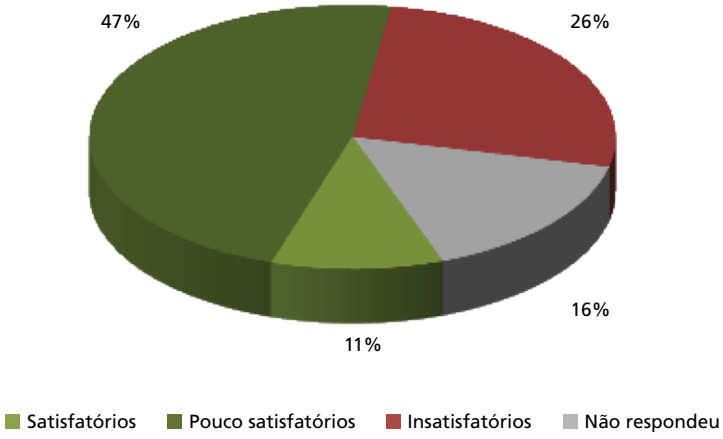


Fonte: Dados desta pesquisa.

No que concerne ao funcionamento da Secretaria Executiva, a grande maioria dos representantes encontra-se muito satisfeita (32%) ou satisfeita (58%) com o funcionamento desta. Apenas 10% disseram estar pouco satisfeitos.

Avaliação dos meios de comunicação e divulgação: informes, *website* e publicações

GRÁFICO 39
Meios de divulgação e comunicação

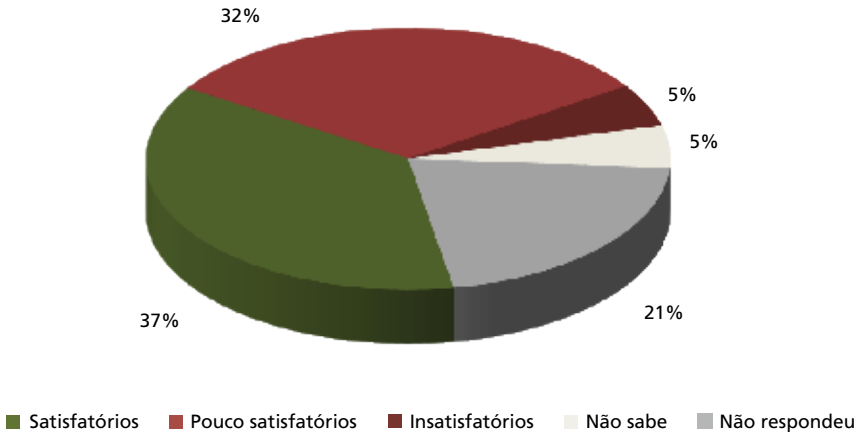


Fonte: Dados desta pesquisa.

Quanto aos meios de divulgação e comunicação da CNPCT, a avaliação negativa aumenta pouco, dado que 26% os consideram insatisfatórios. Ainda assim, a maior parcela dos representantes os considera muito satisfatórios (11%) ou satisfatórios (47%). 16% não responderam.

Avaliação do regimento interno e das resoluções

GRÁFICO 40
Regimento interno e resoluções

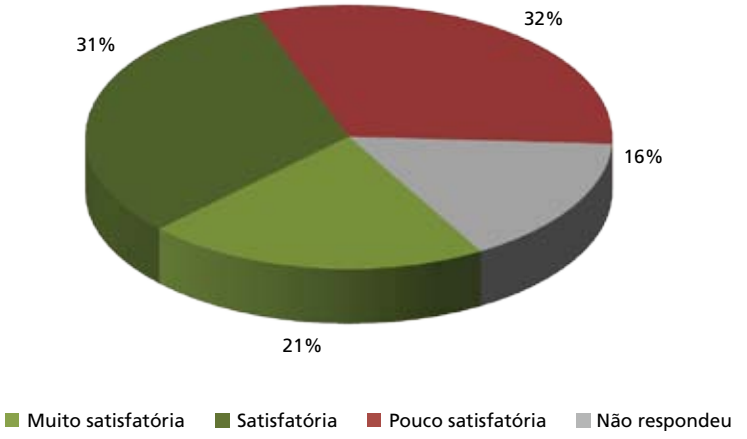


Fonte: Dados desta pesquisa.

A avaliação do regimento interno e das resoluções da comissão é bastante equilibrada. 37% dos representantes os avaliam como satisfatórios, ao passo que 37% os consideram pouco satisfatórios ou insatisfatórios. 26% não souberam avaliar ou não responderam.

Avaliação da Presidência da comissão

GRÁFICO 41
Presidência da comissão

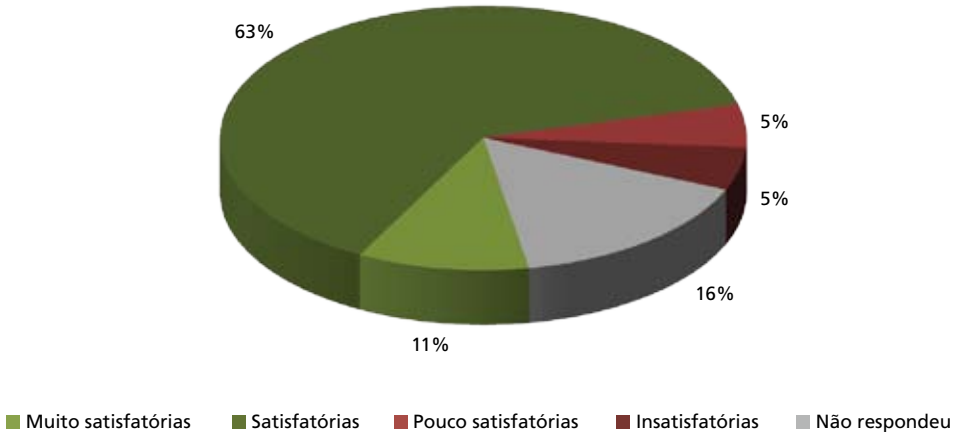


Fonte: Dados desta pesquisa.

No que se refere à Presidência da comissão, o gráfico 41 mostra uma avaliação predominantemente positiva desta – 21% consideram muito satisfatória e 31% satisfatória. Entretanto, também é razoável a proporção de representantes que avaliam a Presidência como pouco satisfatória (32%). 16% não responderam.

Avaliação da plenária da comissão

GRÁFICO 42
Plenárias

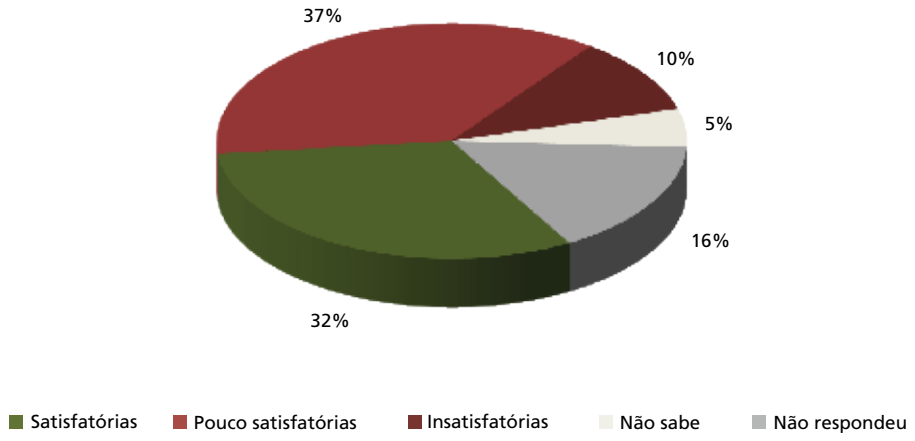


Fonte: Dados desta pesquisa.

Com relação às plenárias da comissão, as respostas dos representantes foram bastante positivas, avaliando-as, sobretudo, como satisfatórias (63%) ou muito satisfatórias (11%). Apenas 10% disseram estar pouco satisfeitos ou insatisfeitos com esse aspecto.

Avaliação das câmaras temáticas

GRÁFICO 43
Câmaras temáticas



Fonte: Dados desta pesquisa.

Finalmente, coube avaliar o andamento das câmaras temáticas que compõem a estrutura da CNPCT. Conforme ilustra o gráfico 43, a avaliação negativa predomina levemente quanto a esse aspecto, dado que 37% dos representantes avaliam o andamento das câmaras temáticas como pouco satisfatório e 10% como insatisfatório. 32%, em contrapartida, o consideram satisfatório. Novamente, 16% optaram por não responder.

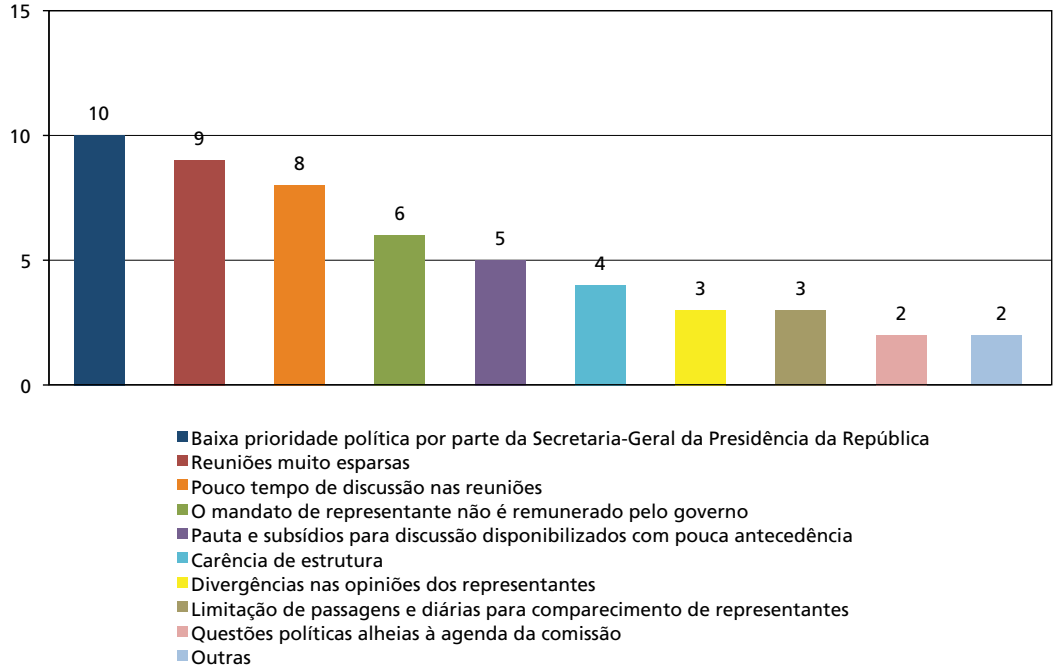
4.3.7 Principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pela comissão

Foi pedido aos representantes para que identificassem, entre uma lista de categorias previamente organizada, três dificuldades que eles acreditam serem as principais no que se refere ao processo decisório da CNPCT. O gráfico 44 mostra a frequência de respostas (em números absolutos)

para cada categoria. É possível perceber que as principais dificuldades observadas pelos representantes são a baixa prioridade política dada à comissão por parte da Secretaria-Geral da República (10), a frequência das reuniões, consideradas muito esparsas (9), e o pouco tempo de discussão existente nas reuniões (8) – o que limitaria a possibilidade de discutir certas questões de maneira mais exaustiva.

Entre as outras opções com maior frequência de respostas estão: *i*) o mandato dos representantes não ser remunerado pelo governo (6); *ii*) a pauta e os subsídios para as reuniões serem disponibilizadas com pouca antecedência (5), algo que impediria uma preparação maior dos conselheiros para os encontros; *iii*) o excesso de burocracia (5); e *iv*) a carência de estrutura (5). Divergências de opiniões entre os representantes e a limitação de passagens e diárias para o comparecimento às reuniões foram apontadas por três representantes cada como dificuldades, enquanto dois representantes apontaram também questões políticas alheias à agenda da comissão como um problema enfrentado pela CNPCT. Por fim, os dois representantes que apontaram outros problemas indicaram a demora para se reunir e a falta de efetividade das ações, as quais não chegariam até os povos e as comunidades representados.

GRÁFICO 44
Principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pela comissão



Fonte: Dados desta pesquisa.

5 QUESTÕES ABERTAS

Havia duas questões abertas, de livre resposta, no questionário. A questão 27 perguntava aos conselheiros quais os principais pontos fortes da atuação da comissão, enquanto a questão 28 buscava obter as opiniões dos conselheiros quanto a que tipo de ações poderiam ser implementadas para melhoria da atuação da CNPCT. Um número considerável de conselheiros respondeu às questões: quase 68% responderam à questão 27 e quase 84% responderam à questão 28. De maneira a melhor organizar as respostas, elaboramos categorias que representam o conteúdo geral destas, permitindo sua sistematização. É importante ter em mente que os representantes poderiam apontar mais de um aspecto em suas respostas.

5.1 Pontos fortes da CNPCT

A primeira questão aberta, sobre quais são os pontos fortes da comissão, resultou nas seguintes categorias:

TABELA 5
Pontos fortes da CNPCT

	Pontos fortes	Número de respostas
1	Aumento da visibilidade conferida à temática da comissão	6
2	Representatividade e diversidade/pluralidade	5
3	Formação e atuação dos representantes	4
4	Articulação/mobilização entre atores	4
5	Fortalecimento da democracia/controle social	2
6	Capacidade de influenciar políticas públicas	2
7	Relação com órgão vinculado à comissão	1
8	Relação com demais órgãos	1

Fonte: Dados desta pesquisa.

Como é possível perceber a partir da tabela 5, o aspecto mencionado como ponto forte da CNPCT foi o aumento da visibilidade conferida à temática dos povos e das comunidades tradicionais, aspecto apontado seis vezes. Em seguida, aparece como ponto forte a diversidade da composição da comissão, a qual contribuiria para maior representatividade deste (cinco menções). Este último aspecto condiz com os dados apresentados ao longo do relatório.

A formação e atuação dos representantes – em que se elogia sua disposição em debater e defender temáticas de seu interesse, bem como seu preparo,sua experiência e seu conhecimento dos temas –, e a articulação e mobilização entre os atores – sobretudo o fortalecimento das redes entre as comunidades e os povos tradicionais – receberam quatro menções cada. Por fim, foram mencionados como pontos fortes o fato de a comissão ser um espaço de fortalecimento da democracia e do controle social, um local onde os diversos segmentos populares podem debater com o poder público temas de interesse (duas menções); a capacidade de influenciar a formulação de políticas públicas (duas menções); a relação com o MDS, órgão vinculado à CNPCT (uma menção); e a relação com outros órgãos governamentais (uma menção).

5.2 Sugestões de melhoria à atuação da CNPCT

Conforme citado anteriormente, a segunda questão indagava o que poderia ser feito para melhorar a atuação da comissão. As respostas a essa questão foram agrupadas nas seguintes categorias:

TABELA 6
Sugestões de melhoria na atuação da CNPCT

	Sugestões de melhoria	Número de respostas
1	Aperfeiçoamento das reuniões e questões administrativas	7
2	Aumentar a participação de certos segmentos	6
3	Maior efetividade na implementação de ações e propostas	5
4	Ampliar peso das demandas dos segmentos tradicionais na comissão	4
5	Articulação com outros órgãos nos diferentes níveis da Federação	3
6	Maior capacidade de transversalizar temática em outros órgãos governamentais	3
7	Modificações nas regras da comissão	2
8	Otimização das atividades estruturais da comissão e do desempenho de suas funções	2

(Continua)

(Continuação)

	Sugestões de melhoria	Número de respostas
9	Fortalecimento da comissão enquanto instância política	2
10	Definição mais clara e mapeamento dos povos e das comunidades tradicionais	1
11	Publicidade ao trabalho da comissão e melhoria dos sistemas de comunicação	1
12	Resolver problemas de infraestrutura	1

Fonte: Dados desta pesquisa.

Aspectos relacionados ao aperfeiçoamento das reuniões e dos procedimentos administrativos da comissão foram os mencionados em maior número de vezes entre as sugestões de melhoria dadas pelos representantes (sete menções). Ressalta-se, com relação a esse tópico, a necessidade de ampliar a frequência das reuniões, bem como melhorar a metodologia de condução destas. O segundo aspecto mais mencionado concerne à participação dos segmentos na comissão (seis menções). Muito embora a participação da sociedade civil tenha sido elogiada, alguns dos representantes apontam a necessidade de maior participação dos membros do poder público. A questão da efetividade na implementação das ações e propostas deliberadas na comissão – especialmente a implementação destas nas comunidades –, assim como do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais foi o terceiro aspecto mais apontado como algo a ser melhorado (cinco menções).

Entre as demais sugestões levantadas, a melhora e ampliação da articulação com outros órgãos nos diferentes níveis da Federação, assim como maior capacidade de transversalizar temática em outros órgãos governamentais foram mencionadas por três representantes cada. Sugestões que tiveram menor frequência incluem: *i*) modificações nas regras da comissão, transformando-a em conselho ou viabilizando a participação da sociedade civil na Secretaria Executiva (duas menções); *ii*) otimização das atividades estruturais da comissão e do desempenho de suas funções, aumentando o número de encontros das câmaras temáticas ou melhorando a efetividade das diversas instâncias (duas menções); *iii*) fortalecimento da comissão enquanto instância política (duas menções); *iv*) definição mais clara e mapeamento dos povos e das comunidades tradicionais (uma menção); *v*) maior publicidade ao trabalho da comissão e melhoria dos sistemas de comunicação (uma menção); e *vi*) finalmente, problemas de infraestrutura (uma menção).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUESTÕES PARA DEBATE

A partir da sistematização das respostas dos membros da comissão foi possível traçar o perfil desses representantes, bem como verificar suas percepções acerca da forma de atuação, avaliação do trabalho da comissão e influência desta nas políticas públicas. Os principais resultados obtidos foram aqui apresentados, assim como alguns tópicos para debate e reflexão a respeito do funcionamento da comissão. Tais reflexões têm o intuito de auxiliar a comissão na busca conjunta de caminhos para a melhoria de seu processo decisório e para melhor articulação da CNPCT com demais conselhos, instâncias governamentais e entidades da sociedade civil.[8]

Parece importante ressaltar o que foi considerado como positivo pela maioria dos integrantes da CNPCT e que pode servir como exemplos de boas práticas, tanto para outros espaços e organizações vinculados à temática, como para os conselhos nacionais de outras áreas de política pública. Trata-se, também, dos aspectos que precisam ser aprimorados, segundo as respostas dadas pelos conselheiros. É importante reiterar, nesse caso, que a maior parte dos respondentes integra a sociedade civil.

Para os integrantes da comissão, uma das características marcantes desta é o aumento da visibilidade conferida à temática dos povos e das comunidades tradicionais. Efetivamente, a existência da comissão é relevante não só em termos de abrir espaço para que esses grupos

8. O período analisado nesta pesquisa, aos quais os conselheiros se reportam em suas respostas, corresponde ao período anterior a fevereiro de 2011, quando os questionários foram aplicados.

expressem suas demandas e possam articular propostas para atendê-las, mas também no sentido de reconhecer e valorizar a contribuição cultural e as atividades realizadas por eles.

Entre os demais pontos que merecem destaque no que se refere às avaliações positivas, estão aspectos vinculados à composição e à forma de escolha dos membros, como o número total de representantes e a diversidade de setores representados na CNPCT. De fato, analisando-se o perfil dos integrantes e as respostas obtidas no questionário, a alta representatividade e a heterogeneidade dos membros, sobretudo entre a sociedade civil no caso, são elementos que merecem ser elogiados. Aliados a esse aspecto, a atuação e a formação dos membros da comissão, isto é, sua disposição e preparação para o debate, bem como a articulação entre os atores aparecem como pontos fortes da CNPCT.

Outro aspecto positivo da comissão é a comunicação com as respectivas bases de apoio para diferentes finalidades, algo que é relevante em termos de responsividade e legitimidade das decisões da comissão. No que se refere aos segmentos representados na CNPCT, a atuação e articulação dos membros da comissão com a sociedade civil, assim como a capacidade do órgão de influenciar as ações desse segmento também aparecem como elementos satisfatórios na percepção dos representantes. Estes também se mostraram, em sua maioria, satisfeitos com alguns componentes da estrutura administrativa e organizacional da comissão, especificamente a Secretaria Executiva e as plenárias.

Entre os aspectos que obtiveram avaliações mais negativas, observam-se questões referentes à influência da CNPCT sobre decisões tomadas em outras instâncias, como o Congresso Nacional e ministérios vinculados a outras temáticas. Na percepção dos representantes, a influência da comissão sobre o setor privado e sobre a opinião pública também é aspecto que pode melhorar.

Também merece destaque, no que se refere à participação dos segmentos, a avaliação pouco satisfatória, se comparada com a da sociedade civil, da atuação do poder público e do grau de articulação entre esse setor e os demais representantes da comissão. Muito embora a maioria daqueles que responderam aos questionários integrem entidades da sociedade civil, esta avaliação oferece indicativos importantes sobre a maneira como este segmento observa a participação do poder público. Finalmente, com relação ao funcionamento da comissão em si, os dados sinalizam que as câmaras temáticas ainda não alcançam os objetivos propostos da maneira esperada pelos representantes.

Em relação às dificuldades enfrentadas pelo CNPCT na opinião de seus membros, chama atenção o fato de que muitos acreditam que existe uma baixa prioridade política conferida à comissão por parte da Secretaria-Geral da Presidência da República. Também foram apontadas como limitações importantes ao trabalho da comissão o pouco tempo para debate nas reuniões e a visão de que estas são muito esparsas.

Os representantes foram questionados sobre sugestões de melhoria ao processo participativo na CNPCT, podendo escrever livremente sobre o assunto. A essas sugestões, adicionamos alguns tópicos que parecem necessitar maior reflexão no que se refere ao trabalho da comissão. Sugerimos o aprofundamento do debate sobre essas questões, na medida em que têm o potencial de aperfeiçoar o processo decisório da CNPCT, além de poderem ser, eventualmente, temas importantes para futuros estudos. São eles:

1. *Aperfeiçoamento das reuniões e questões administrativas e otimização do trabalho da comissão*: muitos membros da comissão apontaram a necessidade de aumentar a frequência das reuniões e ampliar o tempo de discussão, permitindo que os temas de pauta sejam mais bem trabalhados. As reuniões seriam mais produtivas também se fosse possível receber a pauta e o material de estudo com antecedência, pois é necessário reservar um tempo em suas respectivas agendas para estudar os temas que

serão discutidos nas reuniões da comissão. Verifica-se também a preocupação com a ampliação da efetividade e objetividade das discussões e com o pleno funcionamento das câmaras temáticas.

2. *Promover maior participação e articulação com o poder público*: tendo em vista os dados resultantes da pesquisa, parece importante pensar estratégias que ampliem a participação dos representantes do poder público nas decisões da comissão e permitam maior articulação com esse segmento. Uma atuação equilibrada entre os dois setores amplia a qualidade do debate, facilita o encaminhamento das decisões e corrobora para uma representatividade ainda maior da comissão.

3. *Aperfeiçoar a articulação da CNPCT com outros órgãos governamentais*: a análise dos dados evidencia uma necessidade de maior diálogo e articulação com outras instâncias governamentais para que o trabalho realizado pela comissão seja levado em conta e impacte as políticas e decisões que são tomadas nesses espaços. Pensar mecanismos e estratégias que ajudem a transversalizar a temática dos povos e das comunidades tradicionais pode ajudar nesse processo. Além disso, rever a relação com Secretaria-Geral da Presidência da República pode ser um passo importante para o reconhecimento, a visibilidade e a efetividade da CNPCT.

4. *Melhorar os meios de comunicação e divulgação do trabalho da comissão*: a comunicação e a difusão do trabalho da CNPCT são fundamentais para a interação com segmentos que atuam no âmbito das políticas vinculadas aos povos e às comunidades tradicionais, bem como para sensibilização da sociedade quanto ao tema. Além disso, fomentar o diálogo com movimentos sociais ligados à temática, com o setor privado e com setores populares é vital para a efetividade do trabalho.

Por fim, ressaltamos que tópicos para debate aqui apresentados serão aprofundados na segunda etapa da pesquisa, que analisará, de forma conjunta, as informações obtidas neste e nos demais relatórios – relativos ao conjunto dos 21 conselhos e três comissões nacionais analisadas. O Ipea agradece a colaboração dos representantes nesta primeira etapa e aceita sugestões para a continuação do trabalho, na tentativa de contribuir com o fortalecimento da democracia, do controle social e da participação da sociedade nas políticas públicas brasileiras.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, R. S. V. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1., 1999, Curitiba. **Anais**. Conferências e Palestras, v. 1, p. 262-267.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Congresso Nacional: Brasília, 1988.

_____. **Decreto de 27 de dezembro de 2004**. Cria a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Brasília, 2004.

_____. **Decreto de 13 de julho de 2006**. Altera a denominação, competência e composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Brasília, 2006.

_____. **Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Presidência da República. Brasília, 2007.

_____. Congresso Nacional. **A mulher na Câmara dos Deputados.** Brasília, 2011a. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/fiquePorDentro/temas/mulheresnoparlamento/bancada-feminina>. Acesso em: 8 ago. 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2011b. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/sobreoministerio/orgaoscolegiados/orgaos-em-destaque/cnpct>. Acesso em: 23 ago. 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). **Povos e comunidades tradicionais**. Brasília, 2011c. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/povosecomunidadestradicionais>. Acesso em: 24 ago. 2011.

COMISSÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS (CNPCT). Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). **Portaria nº 86, de 12 de março de 2008**. Publicar o Regimento Interno da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, aprovado pela Ata da 2ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional, realizada nos dias 30 e 31 de agosto e 1º de setembro de 2006. Brasília, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Características** étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/PCERP2008.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2011.

_____. **Síntese de indicadores socias**: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2010a. Disponível em: <http://ibge/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsociais2010/SIS_2010.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2011.

_____. **POF 2008/09 mostra desigualdades e transformações no orçamento das famílias brasileiras,** 2010b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1648&id_pagina=1>. Acesso em: 8 ago. 2011.

IPEA. **Brasil em Desenvolvimento**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília, 2010. v. 3.

SANTILLI, J. Biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados: novos avanços e impasses na criação de regimes legais de proteção. *In*: LIMA, A.; BENSUSAN, N. (Org.). **Quem cala consente?** Subsídios para a proteção aos conhecimentos tradicionais. São Paulo: ISA, 2003.

SCHWARTZMAN, S. **Cor, raça, discriminação e identidade social no Brasil**, 1998. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/cor.htm>. Acesso em: 8 ago. 2011.

SILVA, M. Saindo da invisibilidade: a política nacional de povos e comunidades tradicionais. **Inclusão Social**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 7-9, abr./set. 2007.

VELASQUEZ , C.; NOVION, H. **Povos e comunidades tradicionais ganham espaço e voz**, 11 ago. 2006. Disponível em: <http://www.brasiloeste.com.br/noticia/1878/comunidades-tradicionais>. Acesso em: 23 ago. 2011.

ANEXO

ANEXO 1

Observação para facilitar o preenchimento:
Setor – considere o termo "setor" como aquele estabelecido no regimento interno para fins de composição deste conselho: governo federal; entidades de trabalhadores e da sociedade civil; entidades empresariais. Base de apoio – considere como "base de apoio" o grupo principal de pessoas representadas pelo(a) conselheiro(a).

BLOCO I – CARACTERIZAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)

1. Sexo:

a) ( ) Masculino b) ( ) Feminino

2. Cor/raça (Marque apenas uma alternativa):

a) ( ) Branca b) ( ) Preta c) ( ) Amarela d) ( ) Parda e) ( ) Indígena

3. Escolaridade:

a) ( ) Ensino fundamental b) ( ) Ensino médio c) ( ) Superior incompleto
d) ( ) Superior completo e) ( ) Especialização f) ( ) Mestrado incompleto
g) ( ) Mestrado completo h) ( ) Doutorado incompleto i) ( ) Doutorado completo

4. Qual sua religião ou culto? _____

5. Faixa etária:

a) ( ) Até 20 anos b) ( ) De 21 a 30 anos c) ( ) De 31 a 40 anos
d) ( ) De 41 a 60 anos e) ( ) Mais de 60 anos

6. Renda familiar mensal (Média):

a) ( ) Abaixo de R$ 500,00 b) ( ) De R$ 500,00 a R$ 1.500,00 c) ( ) De R$ 1.501,00 a R$ 2.500,00
d) ( ) De R$ 2.501,00 a R$ 4.000,00 e) ( ) De R$ 4.001,00 a R$ 8.000,00 f) ( ) De R$ 8.001,00 a R$ 12.000,00
g) ( ) Acima de R$ 12.001,00 h) ( ) Não sabe

7. Município/UF de residência: _____

8. Situação no conselho:

a) ( ) Titular b) ( ) Suplente
c) ( ) Não sabe d) ( ) Outra _____

9. Nome da organização que representa no conselho:_____

10. Setor de representação a que pertence:

a) ( ) Governo federal b) ( ) Entidades de trabalhadores e da sociedade civil c) ( ) Entidades empresariais
d) ( ) Não sabe

11. Há quanto tempo é conselheiro(a) deste conselho? (Tempo efetivo de exercício como titular ou suplente, ininterrupto ou intercalado)

a) ( ) Menos de 1 ano b) ( ) De 1 a 3 anos c) ( ) De 4 a 6 anos

d) ( ) De 7 a 10 anos e) ( ) Mais de 10 anos f) ( ) Não sabe/não se aplica

12. No seu período neste conselho, já representou outros setores?

a) ( ) Não b) ( ) Sim

Quais? (Pode-se marcar mais de uma opção)

( ) Governo federal ( ) Sociedade civil ( ) Não sabe

13. Além deste conselho, você é ou foi conselheiro(a) de outros conselhos nacionais, estaduais ou municipais de políticas públicas?

a) ( ) Não

b) ( ) Sim, mas atualmente sou conselheiro(a) apenas deste conselho

c) ( ) Sim, sou conselheiro(a) de outros conselhos

Quais? (Pode-se marcar mais de uma opção)

( ) Conselhos nacionais ( ) Conselhos estaduais ( ) Conselhos municipais/locais

BLOCO II – ATUAÇÃO DOS(AS) CONSELHEIROS(AS)

14. Como você considera a composição do conselho em relação a cada um dos itens abaixo?

	Muito satisfatória	Satisfatória	Pouco satisfatória	Insatisfatória	Não sabe/ não se aplica
Número total de conselheiros(as)	( )	( )	( )	( )	( )
Diversidade de setores representados	( )	( )	( )	( )	( )
Número de conselheiros(as) em cada setor	( )	( )	( )	( )	( )
Forma de escolha das entidades com assento no conselho	( )	( )	( )	( )	( )
Forma de escolha dos(as) conselheiros(as) dentro das entidades	( )	( )	( )	( )	( )

15. Na sua atuação no conselho, que interesses você defende *prioritariamente*?

Assinale suas três opções, em ordem de relevância, indicando com um "X" sua 1ª, 2ª e 3ª opção para os itens abaixo:

	1ª opção	2ª opção	3ª opção
Nenhum interesse específico, sigo apenas as minhas convicções pessoais	( )	( )	( )
Interesses da minha instituição	( )	( )	( )
Interesses do meu setor	( )	( )	( )
Interesses de redes ou movimentos organizados em função de temas ou problemas específicos	( )	( )	( )
Interesses de toda a coletividade	( )	( )	( )
Não sabe	( )	( )	( )
Outros	( )	( )	( )

16. Avalie o seu grau de articulação com os demais setores do conselho, segundo a tabela abaixo. (Marque com um "X" a coluna correspondente a cada setor)

	Muito satisfatório	Satisfatório	Pouco satisfatório	Insatisfa-tório	Não sabe/ não se aplica
Governo federal	( )	( )	( )	( )	( )
Sociedade civil	( )	( )	( )	( )	( )

17. No exercício do seu mandato como conselheiro(a), você tem alguma base de apoio?

a) ( ) Não

b) ( ) Sim. Qual(is)?_____

c) ( ) Não sabe

18. Com que frequência você mantém contato com sua(s) base(s) de apoio?

a) ( ) Não tenho base de apoio b) ( ) Nunca c) ( ) Raramente

d) ( ) Às vezes e) ( ) Com frequência f) ( ) Sempre

g) ( ) Não sabe

19. Quais as principais formas de contato com a sua base de apoio? (Marque as três principais)

a) ( ) Não tenho base de apoio b) ( ) Telefonema

c) ( ) *E-mail*/lista de discussão d) ( ) Reuniões presenciais

e) ( ) Conversas pessoais f) ( ) Orkut, Facebook, Twitter e afins

g) ( ) *Home-page* institucional h) ( ) Carta/ofício

i) ( ) Fax j) ( ) Mensagem (torpedo/SMS)

k) ( ) Não sabe l) ( ) Outras_____

20. Com que frequência você consulta sua base de apoio para:

I) Definir/sustentar posicionamento no conselho:

a) ( ) Nunca b) ( ) Raramente c) ( ) Às vezes

d) ( ) Frequentemente e) ( ) Sempre f) ( ) Não sabe/não se aplica

II) Relatar os debates/deliberações do conselho:

a) ( ) Nunca b) ( ) Raramente c) ( ) Às vezes

d) ( ) Frequentemente e) ( ) Sempre f) ( ) Não sabe/não se aplica

III) Prestar contas sobre a sua atuação no conselho:

a) ( ) Nunca b) ( ) Raramente c) ( ) Às vezes

d) ( ) Frequentemente e) ( ) Sempre f) ( ) Não sabe/não se aplica

IV) Construir/fortalecer articulações:

a) ( ) Nunca b) ( ) Raramente c) ( ) Às vezes

d) ( ) Frequentemente e) ( ) Sempre f) ( ) Não sabe/não se aplica

BLOCO III – FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

21. Para você, com que frequência a atuação dos(as) conselheiros(as) corresponde aos interesses de seus respectivos setores?

a) ( ) Nunca b) ( ) Raramente c) ( ) Frequentemente

d) ( ) Sempre e) ( ) Não sabe/não se aplica

22. Avalie a influência da atuação do conselho em relação a:

	Muito significativa	Significativa	Pouco significativa	Não tem influência	Não sabe
Agenda do Congresso	( )	( )	( )	( )	( )
Políticas públicas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	( )	( )	( )	( )	( )
Políticas públicas de outros ministérios com os quais o conselho se relaciona	( )	( )	( )	( )	( )
Iniciativas da sociedade civil	( )	( )	( )	( )	( )
Iniciativas do setor privado	( )	( )	( )	( )	( )
Percepção da opinião pública sobre o tema	( )	( )	( )	( )	( )

23. Em geral, os assuntos tratados no conselho são facilmente compreendidos por todos(as) os(as) conselheiros(as)?

a) ( ) Não b) ( ) Sim, parcialmente c) ( ) Sim, plenamente

24. A linguagem utilizada é facilmente apropriada por todos(as) os(as) conselheiros(as)?

a) ( ) Não b) ( ) Sim, parcialmente c) ( ) Sim, plenamente

25. Em geral, como você avalia o papel dos setores abaixo na atuação do conselho? (Marque com um "X" a coluna correspondente a cada setor)

	Ajuda bastante	Ajuda	Não ajuda nem atrapalha	Atrapalha	Atrapalha bastante	Não sabe/ não se aplica
Governo federal	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Sociedade civil	( )	( )	( )	( )	( )	( )

26. Avalie as seguintes estruturas administrativas e organizacionais do conselho. (Marque com um "X" a coluna correspondente a cada setor/segmento)

	Muito satisfatória	Satisfatória	Pouco satisfatória	Insatisfatória	Não sabe/ não se aplica
Secretaria Executiva	( )	( )	( )	( )	( )
Meios de comunicação e divulgação (informes, *website*, publicações)	( )	( )	( )	( )	( )
Regimento interno	( )	( )	( )	( )	( )
Presidência	( )	( )	( )	( )	( )
Plenária	( )	( )	( )	( )	( )
Grupos de trabalho (GTs)	( )	( )	( )	( )	( )
Comissões	( )	( )	( )	( )	( )
Mesa diretora	( )	( )	( )	( )	( )

27. Na sua opinião, quais são as principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelo conselho? (Marque no máximo três alternativas)

a) ( ) Pouco tempo de discussão nas reuniões

b) ( ) Reuniões muito esparsas

c) ( ) Excesso de reuniões

d) ( ) Pauta e subsídios para discussão disponibilizados com pouca antecedência

e) ( ) Carência de estrutura (salas, espaço físico e equipamentos)

f) ( ) Questões políticas alheias à agenda do conselho

g) ( ) Excesso de burocracia

h) ( ) Divergência nas opiniões dos(as) conselheiros(as)

i) ( ) Baixa prioridade política por parte do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

j) ( ) Limitação de passagens e diárias para comparecimento de conselheiros(as)

k) ( ) O mandato de conselheiro(a) não é remunerado pelo governo

l) ( ) Outras _____

28. Quais os principais pontos fortes na atuação do conselho?

29. O que poderia ser feito para melhorar a atuação do conselho?

Muito obrigado!

Espaço destinado para considerações adicionais, bem como para críticas e sugestões sobre este questionário.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Editorial

Coordenação
Cláudio Passos de Oliveira

Njobs Comunicação

Supervisão
Cida Taboza
Inara Vieira
Thayse Lamera

Revisão
Ângela de Oliveira
Cristiana de Sousa da Silva
Lizandra Deusdará Felipe
Regina Marta de Aguiar

Editoração
Marília Assis

Capa
Andrey Tomimatsu

Livraria
SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo
70076-900 – Brasília – DF
Tel.: (61) 3315 5336
Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Logotipo/slogan de governo removido em observancia ao disposto no art. 40 da Lei n 9.504/1997

Missão do Ipea
Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

SAE SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria-Geral da **Presidência da República**